



Número: **0037077-11.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 16ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **12/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (AUTOR)		BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO) MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
66211050	12/08/2020 16:55	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
66211054	12/08/2020 16:55	<a href="#">JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA.</a>	Documento de Comprovação
66216524	17/08/2020 09:32	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
70661831	06/11/2020 18:20	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
71217051	18/11/2020 13:45	<a href="#">Petição</a>	Petição
71289314	25/11/2020 07:02	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
73351404	08/01/2021 17:53	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
73351411	08/01/2021 18:04	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
73351417	12/01/2021 17:53	<a href="#">Carta</a>	Carta
76363193	05/03/2021 09:35	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
76363196	05/03/2021 09:35	<a href="#">2787759_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
76363197	05/03/2021 09:35	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
76363198	05/03/2021 09:35	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO PARA VIRTUAL</a>	Outros (Documento)
76838006	12/03/2021 15:37	<a href="#">Petição</a>	Petição
76838020	12/03/2021 15:37	<a href="#">2787759_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Petição em PDF
76838021	12/03/2021 15:37	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Depósito / Custas
76838022	12/03/2021 15:37	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Depósito / Custas

77997 093	01/04/2021 17:15	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição (3º Interessado)
79210 116	23/04/2021 14:43	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
79421 645	27/04/2021 17:44	<a href="#">Agendamento</a>	Petição em PDF
83337 778	02/07/2021 14:27	<a href="#">Laudo</a>	Petição em PDF
83339 634	02/07/2021 14:27	<a href="#">LAUDO 0037077-11.2020.8.17.2001</a>	Laudo Pericial
83604 844	07/07/2021 13:34	<a href="#">Petição</a>	Petição
83604 848	07/07/2021 13:34	<a href="#">2787759_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Petição em PDF
90640 904	15/10/2021 07:35	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
90830 835	21/10/2021 17:16	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
92866 395	12/11/2021 18:09	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
92911 877	15/11/2021 16:40	<a href="#">Ciente</a>	Petição em PDF
92866 402	25/11/2021 17:08	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
93925 635	27/11/2021 14:00	<a href="#">Impressão de alvará</a>	Petição em PDF

EXMO.(A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PERNAMBUCO.

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**

Brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito(a) no CPF sob o nº.117.949.474-18, Portador(a) da carteira de identidade sob o número 8.617.861 SDS/PE, com endereço na Rua José Luiz Saraiva, nº.06, Centro, Vertente do Lério/PE, CEP: 55760-000, vem, à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório em anexo, com endereço eletrônico: **manoeLATCC.adv@gmail.com**, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT (PROCEDIMENTO COMUM)Art.318 NCPC..**

Contra **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, nº 175 - Recife Antigo - Recife-PE | CEP: 50.030-000.

**PRELIMNARMENTE**

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

**DO REQUERIMENTO PRELIMINAR - DO CONVÊNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Consoante se observará dos documentos carregados a inicial, pode-se verificar que não há nos autos Laudo capaz de atestar o grau de debilidade/incapacidade alegada. Razão pela qual, se pugna pela a realização de perícia médica, conforme já detalhado no rol de pedidos.



Em contra partida, considerando o acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, por meio do Ofício de nº 005/2015, restou fixado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), suportados pela parte Demandada, para a realização de Perícia Médica, através dos médicos conveniados.

Portanto em consonância com o acordo acima descrito, vem requerer e em sede, preliminar a nomeação do perito judicial, para a realização da perícia médica, onde poderá quantificar o grau da debilidade suportada pelo autor, enquadrando assim nos termos da lei que rege a matéria em discussão, dando celeridade ao deslinde da lide, como também a possibilidade de uma conciliação entre as partes.

### **DOS FATOS**

**01.** No dia **08 de julho de 2019**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em anexos.

**02.** Sendo a autora, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b”. que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**– no caso de **invalidez permanente**;

**03.** Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo paga a quantia de apenas **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

**04.** No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO** de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, o percentual a ser pago é de 70% (setenta por cento). Ora, se 70% (setenta por cento) de R\$13.500,00(treze mil e quinhentos reais) equivale a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) , caberia ao autor receber ainda o complemento de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)** equivalente aos 70% (setenta por cento) menos o valor recebido administrativamente.

### **DO DIREITO:**





05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstrando a mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T.** Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) **Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente** (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. **Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar**, considerado o disposto no art. 7., parags. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT.** Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

**SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão**

**SÚMULA n. 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (**DPVAT**) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

**QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS.** Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do **DPVAT** em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do **DPVAT** (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. [REsp 296.675-SP](#), Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.



07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

#### **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

Autorizar os benefícios da assistência judiciária gratuita, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser a Autora pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;

Que seja designada audiência conciliatória com a realização da perícia ou mediação na forma do previsto no inciso VII, do art. 319, do NCPC.

A citação da Ré, sendo designada audiência devendo, a Requerida, apresentar resposta à presente ação, sob pena de revelia;

Que seja, acolhido o pedido preliminar, qual seja, a submissão da parte Autora à realizar perícia médica, em que o perito credenciado, informe a este MM Juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento). Consoante aos procedimentos estabelecidos no acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, por meio do Ofício de nº 005/2015.

**JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea "b", da Lei n 6.194/74;

Condenar a Ré a pagar honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.



Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).**

Pede e espera deferimento.

Recife, 12 de agosto de 2020.

**MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI**

OAB/PE 25.324



## **INSTRUMENTO PROCURATÓRIO**

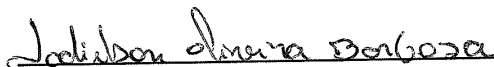
**OUTORGANTE:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA, maior, brasileiro, estado civil: solteiro. Profissão: agricultor, inscrito (a) no CPF sob 117.949.474-18 e portador(a) da RG 8.617.861 SDS/PE. Domiciliado na Rua José Luiz Saraiva , N° 06, Centro, Vertentes do Lério- PE

**OUTORGADAS (OS) -DRA. VIVIANE EVANGELISTA DE SOUZA ALVES**, brasileira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o número 18.789, com escritório na Rua do Riachuelo 189,sala 1201,fone 81-8833-4368,e-mail vivianesouza001@gmail.com. **DRA. MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE pelo n° 25.324 com endereço profissional situado na Rua capitão José da Luz, n° 137, Sala 502. Ed. Condomínio Cervantes Ilha do Leite, Recife – PE e **DR. BRUNO LEONARDO NOVARS LIMA** , brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE pelo n° 22.090, com endereço profissional situado na Rua capitão José da Luz, n° 137, Sala 502. Ed. Condomínio Cervantes Ilha do Leite, Recife – PE

**PODERES:** Da cláusula “Ad Judicia” representando o outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar e prestar compromisso, acompanhar andamento de processo, desarquivar processo, recorrer, apresentar contrarrazões, executar, indicar provas e testemunhas, requerer, receber, levantar e dar quitação de Alvarás Judiciais perante as Instituições Financeiras, pedir a justiça gratuita e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPD, podendo ainda substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato específico.

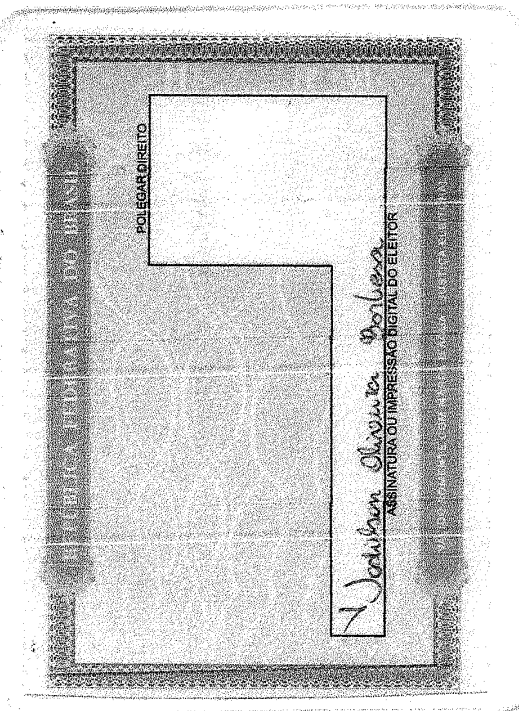
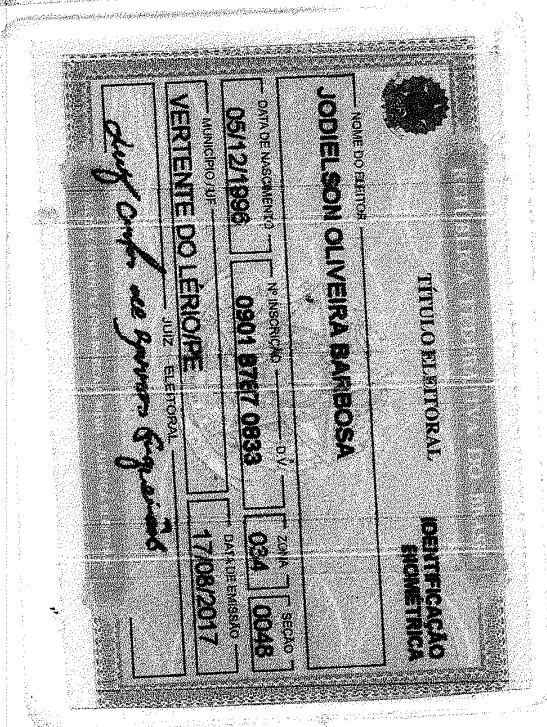
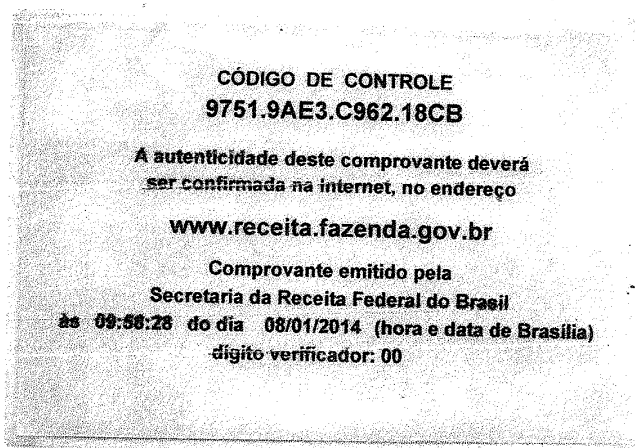
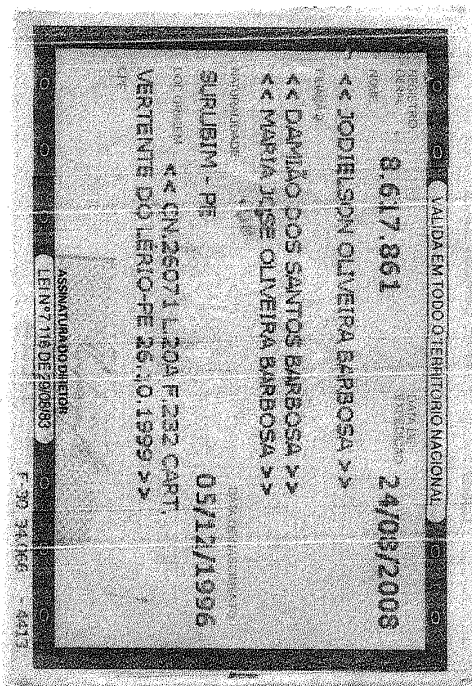
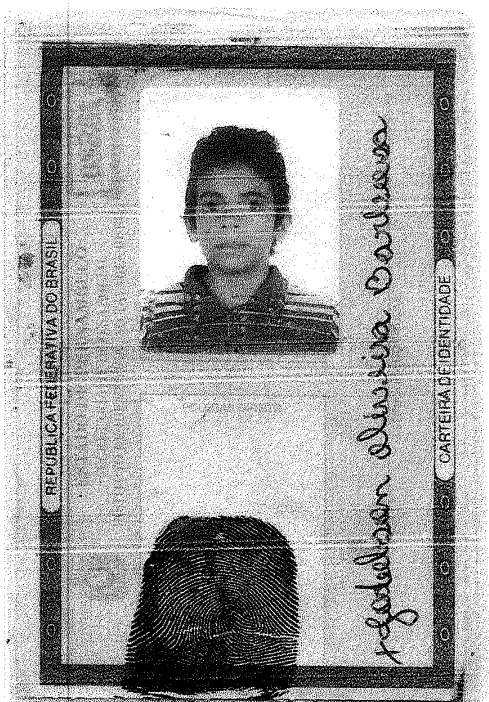
**DECLARAÇÃO DE POBREZA:** Eu JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas inerentes à ação ajuizada, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da Justiça.

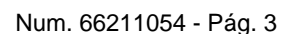
VERTENTES DO LÉRIO - PE, 21 de MAIO de 2020.



JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA - Outorgante/Declarante







## SINISTRO 3200164877 - Resultado consulta por beneficiário

**VÍTIMA** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA  
**COBERTURA** Invalidez  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO  
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE SEGURADO  
S/A  
**BENEFICIÁRIO** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA  
**CPF/CNPJ:** 11794947418

**Posição em 11-05-2020 13:48:11**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve o pagamento da indenização será liberado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
12/05/2020	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

5/11/2020, 1:48 PM





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 126ª CIRCUNSCRIÇÃO - VERTENTE DO  
LÉRIO - DP126ªCIRC DINTER1/16ªDESEC**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 20E0216000044**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **28/04/2020** às **14:38**

Complementa o BO Número: 19E0216000140

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)**  
que aconteceu no dia **8/7/2019** às **17:00**

Natureza Jurídica: **FATO OCORRIDO NA CIDADE DE VERTENTES/PE**  
Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE VERTENTES, 1, PE-199, - Bairro:**  
**CENTRO - VERTENTES/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

(AUTOR \ AGENTE)  
**JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (OUTRO)**  
**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (VITIMA)**

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a)  
Sr(a): **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (não presente ao plantão) - Sexo:**  
**Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe:**  
**MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA Pai: DAMIÃO DOS SANTOS BARBOSA Data de**  
**Nascimento: 5/12/1996 Naturalidade: SURUBIM / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos:**  
**8617861/SDS/PE (RG), 11794947418 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2ª.**  
**GRAU COMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones Celulares:**  
**- 819821242180**

**Endereço Residencial: MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LERIO, 1, RUA JOSE LUIZ SARAIVA,**  
**S/N, PRÓXIMO A ACADEMIA DAS CIDADES - CEP: 0 - Bairro: CENTRO - VERTENTE DO**  
**LERIO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**(não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO /**  
**PERNAMBUCO / BRASIL**

28/04/2020 14:39





### Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/SUZUKI/INTRUDER 125 ED** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KGQ2876** (PERNAMBUCO/LAGOA DO CARRO) Renavam: **987786717** Chassi: **9CDNF41AJ8M213384**  
Ano Fabricação/Modelo: **2008/2008** Combustível: **GASOLINA**

### Complemento / Observação

**RELATA A VÍTIMA QUE NA DATA, HORA E LOCAL INDICADOS, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA, PLACA KGQ2876, COR PRETA, PELA PE-30, VERTENTES, QUANDO UM VEÍCULO FEZ UMA ULTRAPASSAGEM, MOMENTO A VÍTIMA COLIDIU PRÓXIMO A TRASEIRA DO VEÍCULO, VINDO A CAIR NO CHÃO, FRATURANDO A PERNA. QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU PARA O HOSPITAL MEMORIAL DR. JAIME SANTANA NA CIDADE DE VERTENTES.**

### Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Jodielson Oliveira Barbosa*  
**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**  
**(VÍTIMA)**

B.O. registrado por: **PAULO VITOR RODRIGUES BATISTA** - Matrícula: **3873714**



11/11/2019 11:57



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 126ª CIRCUNSCRIÇÃO - VERTENTE DO  
LÉRIO - DP126ªCIRC DINTER1/16ªDESEC

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0216000140**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 11/11/2019 às  
10:54

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)**  
que aconteceu no dia 10/7/2019 às 17:00

Natureza Jurídica: **FATO OCORRIDO NA CIDADE DE VERTENTES/PE**  
Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE VERTENTES, 1, PE-100, - Bairro:**  
**CENTRO - VERTENTES/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

(AUTOR \ AGENTE)  
JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (OUTRO)  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (VITIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a):  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (não presente ao plantão) - Sexo:**  
**Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe:**  
**MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA Pai: DAMIÃO DOS SANTOS BARBOSA Data de**  
**Nascimento: 5/12/1998 Naturalidade: SURUBIM / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos:**  
**2017304/SDS/PE (RG), 11704347418 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2ª. GRAU**  
**COMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones Celulares:**  
**- 81981242180**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LERIO, 1, RUA JOSE LUIZ SARAIVA,**  
**S/N, PRÓXIMO A ACADEMIA DAS CIDADES - CEP: 8 - Bairro: CENTRO - VERTENTE DO**  
**LERIO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**. (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO /**  
**PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): JOSE FERNANDO DE**



11/11/2019 11:59

file:///C:/Users/SDS/.infopol/xml/BOEPreview.html

Lucia

**OLIVEIRA LIMA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/SUZUKI/INTRUDER 125 ED** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KGG2870** (PERNAMBUCO/LAGOA DO CARRO) Renavam: **957726717** Chassi:  
**9CDNF41AJSM213384**  
Ano Fabricação/Modelo: **2008/2008** Combustível: **GASOLINA**

### Complemento / Observação

RELATA A VÍTIMA QUE NA DATA, HORA E LOCAL INDICADOS, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA, PLACA KGG2870, COR PRETA, PELA PE-90, VERTENTES, QUANDO UM VEÍCULO FEZ UMA ULTRAPASSAGEM, MOMENTO A VÍTIMA COLIDIU PRÓXIMO A TRASEIRA DO VEÍCULO, VINDO A CAIR NO CHÃO, FRATURANDO A PERNA. QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU PARA O HOSPITAL MEMORIAL DR. JAIME SANTANA NA CIDADE DE VERTENTES.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Jodielson Oliveira Barbosa*  
**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**  
(VÍTIMA)

B.O. registrado por: *JOSYNEIDE BARBOSA DE ARRUDA* - Matrícula: **366262-5**



## Informações sobre o veículo

Placa: KGO-2870

Espécie/ Tipo: PAS / MOTOCICLETA

Marca/ Modelo: JTA/SUZUKI INTRUDER 125

Capacidade/ Potência/ Cilindrada: 2 / 0 / 125

Cor predominante: PRETA

Chassi: 9CDNF41AJ8M213384

Combustível: GASOLINA

Ano fabricação/ Ano modelo: 2008


Categoria: PARTIC

Parcelamento/ Cotas: 3 X 0,00

## Observações

❗ RESTRIÇÕES

&gt; NADA CONSTA

☐ VEÍCULO ATENDE A RESOLUÇÃO 372/2011 CONTRAN - PLACAS REFLETIVAS Consultar débitos Consulta de emissão de CRLV

04/05/2020

## DECLARAÇÃO

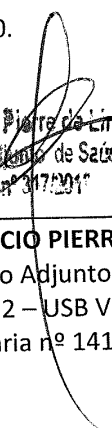
**DECLARO** para os devidos fins de comprovação que a USB VERTENTES, Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, registrou a **Ocorrência nº 1911, ID nº 0285 (SAMU AGRESTE)**, no dia **08 de julho de 2019**, por volta das **16h49min**, na Rodovia PE 90, no município de Vertentes/PE, onde a vítima o Sr **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**, RG nº 8.617.861 SDS/PE, CPF 117.949.474-18, Cartão SUS 706309733961273, Sofrera Trauma em decorrência de acidente de motocicleta, colisão entre carro e moto, a vítima foi socorrida pela ambulância do SAMU e conduzida para o Hospital Memorial Dr. Jaime Justiniano de Santana – HMJJS, na cidade de Vertentes, PE.

Devido à gravidade dos ferimentos a vítima foi transferida para o Hospital Regional do Agreste – HRA, na cidade de Caruaru, referência em trauma.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Vertentes, 16 de março de 2020.

Atenciosamente,

  
Galba Lúcio Pierre de Lima  
Secretário Adjunto de Saúde  
Portaria nº 141/2017

**GALBA LÚCIO PIERRE DE LIMA**  
Secretário Adjunto de Saúde  
SAMU 192 – USB VERTENTES  
Portaria nº 141/2017



Secretaria  
Municipal  
de Saúde

DISQUE SAÚDE

**136**

Ouvидoria Geral do SUS.



**SAMU  
192**

Rua Manoel Benício de Azevedo, s/nº  
CEP 55.770-000, Centro, Vertentes/PE  
Fone/Fax: (81) 3734.1136 - 3734.1032  
E-mail: pmvsecsaude@yahoo.com.br  
CNPJ/MF nº 10.261.245/0001-26





**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o Sr (a) **Jadielson Oliveira Barbosa**, Esteve Interno (a) nesta Unidade de Saúde no dia **08/07/2019 a 07/08/2019**. Registro : **341510**.

**OBS: Vítima de Acidente de Trânsito.**

**Desde já nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos.**

Caruaru, 02 de Março 2020  
109.794.975/02-271  
FUSAM - Hospital Regional do Agreste  
BR 232, Km 130  
Indianópolis - CEP 55000-000  
Caruaru - PE

setor de Arquivo (same)

Avenida José Rodrigues de Jesus - Br. 232- Km 130 S/N- Bairro Indianópolis Caruaru - PE- CEP  
55.024.000  
CNPJ- 10.572.048/0014-42 - Fone: 0xx81-3719 9346 / 3719.9400 (SAME)





Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE WALDEMIRO FERREIRA

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

2 - CNES

214274119

4 - CNES

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Jedelson Oliveira Barbosa

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

05/12/1996

9 - SEXO

Masc. ☒ 1

Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

Monica Jose Oliveira Barbosa

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDI

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

DDI

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente do Acidente de moto com o  
paciente em boas org.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

ME casado e sem

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

S822

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

011081050500

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO (CNS)

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

36 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

37 - DATA DA SOLICITAÇÃO

38 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - CNPJ EMPRESA

42 - CNAE DA EMPRESA

43 - CBOR

44 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURO

### AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. Órgão Emissor

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO (CNS)

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

261910406073-8



# SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

## HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA

### RESUMO DE ALTA

Nome: Jodielhon Oliveira Barbosa

Prontuário: X 341510

Data: 08 / 07 / 19

Hora: \_\_\_\_\_

#### DIAGNÓSTICO:

Fratura exposta de osso da perna esquerda

#### AMBULATÓRIO DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Paciente de alta da ortopedia sob orientação de Dr. Marcelo Capile. Retornar ao ambulatório de Dr. Gustavo Laborcio com 25 dias após alta hospitalar

#### TRATAMENTO REALIZADO:

Paciente com fratura complexa de tíbia e fíbula com fixador externo sem condições de pele para proceder a cirurgia no momento. Receberá alta para procurar cirurgia com Dr. Gustavo Laborcio

Alta Hospitalar: Data: 07 / 08 / 19

Hora: \_\_\_\_\_

06/09/19

7h

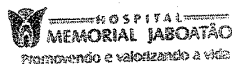
Dr. Gustavo Laborcio

R. + Dr. Marcelo Capile  
CRM: 34201

Ass. do Médico e CRM  
Carimbo







Convênio: SUS - AMBULATORIO

Atendimento: 259768

Responsável:

CNS: 706309733961273

Observação:

Prontuário: 779041

Data/Hora: 18/12/19 08:25:27

Nome: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Data de Nascimento: 05/12/1996

Sexo: Masculino

Idade: 23 Anos, 0 Mês e 13 Dias

Profissão: OUTROS

CPF: 11794947418

Identidade: 8617861

Fone:

Celular: 986788990

Estado Civil: Solteiro

Cônjuge:

Escolaridade:

Nome do Pai:

Nome da Mãe: MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA

Endereço: RUA DA LIBERDADE, DOIS CARNEIROS, CEP: 54280725, Nº 122, JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

CRM: 22023

Médico: ELDER DE VASCONCELOS CARVALHO

Unidade de Internação:

Queixa:

PACIENTE COM HISTÓRIA DE FRATURA EXPOSTA DE OSSOS DA PERNA ESQUERDA REALIZADO LIMPEZA CIRÚRGICA + INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO EM OUTRO SERVIÇO EM 08/07/2019, APRESENTANDO PSEUDOARTROSE DE TÍBIA ESQUERDA

#### Exame Físico

PA: ( ☒ X ☐ ) mmHG

Pulso:

Temperatura:

#### Exames Complementares

☐ Raio - X

☐ Sangue

☐ Urina

☐ TC

☐ Líquor

☐ ECG

☐ US

#### Dados Clínicos:

FIXADOR EXTERNO LINEAR EM PERNA ESQUERDA

Hipótese Diagnóstica:

CID:

Conduta:

INTERNAMENTO + PROGRAMAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO CIRCULAR (ILIZAROV)

#### Data da Saída:

☐ Alta

☐ Decisão Médica

☐ A Pedido

☐ Evasão

☐ Desistência

☐ Encaminhamento ao Ambulatório

Transferência (Unidade de Saúde):

Óbito:

☐ Até 48h

☐ Após 48h

☐ Família

☐ IML

☐ Anat. Patológico

PACIENTE / RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO



## FICHA CIRÚRGICA

PACIENTE: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA ATEND: 259850

CIRURGIÃO: ODILMAR BARBOSA

ANESTESISTA: DIANA SOUZA

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: M841 AUSÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO DA FRATURA PSEUDO-ARTROSE.

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: 0408060034 ALONGAMENTO E/OU TRANSPORTE ÓSSEO DE OSSOS LONGOS (EXCETO DA MÃO E DO PÉ) + TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE FIBULA+ RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO LINEAR.

DATA CIRURGIA: 19/12/2019

### DESCRIÇÃO CIRÚRGICA:

PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUI ANESTESIA  
ROTINA ANTISSEPTICA  
RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO LINEAR EM PERNA ESQUERDA  
INCISÃO LONGITUDINAL EM TOPOGRAFIA DE FIBULA PROXIMAL ESQUERDA  
ABERTURA POR PLANOS  
VISUALIZADO FOCO DE FRATURA  
REDUÇÃO DE FRATURA + FIXAÇÃO DE REDUÇÃO COM PLACA + PARAFUSOS  
INCISÃO LONGITUDINAL EM TOPOGRAFIA DE FIBULA DISTAL ESQUERDA  
ABERTURA POR PLANOS  
VISUALIZADO FOCO DE FRATURA  
REDUÇÃO DE FRATURA + FIXAÇÃO DE REDUÇÃO COM PLACA + PARAFUSOS  
INCISÃO LONGITUDINAL ANTEROMEDIAL EM TIBIA ESQUERDA EM TOPOGRAFIA DE FOCO DE FRATURA  
ABERTURA POR PLANOS  
OSTECTOMIA DE TIBIA  
CURETIZAÇÃO + TREPANACAO DE FOCO DE FRATURA  
INSTALADO FIXADOR EXTERNO CIRCULAR ILIZAROV  
FECHAMENTO POR PLANOS  
CURATIVO

OBS.: PROCEDIMENTO REALIZADO COM CONTROLE RADIOSCÓPICO COM INTENSIFICADOR DE IMAGEM



**Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM**

**- ATESTADO MÉDICO -**

ATESTO que o Segurado \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ portador da Carteira Profissional nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ série \_\_\_\_\_, necessita de \_\_\_\_\_

dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de  
doença. *Wd (2022)*

\_\_\_\_\_ Hospital ou Ambulatório

\_\_\_\_\_ Localidade e Data

\_\_\_\_\_ ASS. do Médico - CRM Nº \_\_\_\_\_

**NOTA - Este atestado é válido para as finalidades previstas  
no Art. 86 do RGPS, aprovado pelo Decreto nº 60.501 de  
14.03.67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de  
afastamento do trabalho.**



**LAUDO MÉDICO E ATESTADO MÉDICO**  
**(AO INSS - PERÍCIA MÉDICA)**

**PACIENTE:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) PACIENTE ACIMA CITADO ESTEVE INTERNADO EM NOSSO SERVIÇO ONDE FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO RECEBENDO ALTA HOSPITALAR APOS MELHORA CLINICA.

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) PACIENTE ACIMA CITADO NECESSITA AFASTAR-SE DAS ATIVIDADES LABORAIS POR UM PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DESTA DATA.

RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DO HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO PARA CONSULTA DE RETORNO NO DIA E HORARIO MARCADO ABAIXO.

**CID-10:** M841 - AUSÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO DA FRATURA [PSEUDO-ARTROSE]

**DATA DE INTERNAMENTO:** 18/12/2019

**DATA DA CIRÚRGIA:** 19/12/2019

**DATA DE ALTA:** 27/12/2019

**DATA CONSULTA DE RETORNO:** 03/01/2020

**HORÁRIO:** 07:00

**MEDICO ASSISTENTE:** DR. ODILMAR BARBOSA E SILVA

JABOATÃO DOS GUARARAPES, 27 DE DEZEMBRO DE 2019

MEDICO: FRANCISCO DINIZ BORBOREMA

  
Francisco Borborema  
Médico  
CRM - PE 25489

Av. General Manoel Rabelo - Nº126 - Centro - Jaboatão dos Guararapes - CEP: 54160-000

TELEFONE: 3482-9888 - [www.hmjpe.org](http://www.hmjpe.org)





# Laudo para solicitação de autorização de internação

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MEMORIAL JABOATAO	CNES	5356067
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MEMORIAL JABOATAO	CNES	5356067

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome do Paciente	JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA			Nº Prontuário	779041
Cartão Nacional do SUS	Data de Nascimento	Sexo	RaçaCor	Etnia	
706309733961273	05/12/1996	Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3	99 - Sem Informação	0000 - Não Se Aplica	
Nome da Mãe	MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA			Telefone de contato	
Nome Responsável	MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA				
Endereço (Rua, Nº, Bairro)	RUA DA LIBERDADE, 122 - DOIS CARNEIROS				
Município	IBGE	UF	CEP		
JABOATAO DOS GUARARAPES	260790	PE	54280725		

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos

PACIENTE COM HISTORIA DE FRATURA EXPOSTA DE OSSOS DA PERNA ESQUERDA, REALIZADO LIMPEZA CIRURGICA+INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO EM 08/07/2019, APRESENTANDO PSEUDOARTROSE DE TIBIA ESQ. SOLICITO INTERNAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO CIRCULAR (ILIZAROV)

Condições que justificam a internação

EXAME FISICO+RAIO X

Principais Resultados de Provas Diagnósticas

PSEUDOARTROSE DE TIBIA ESQUERDA

Diagnóstico Inicial / Código	CID 10 Principal	CID 10 Secundário	CID 10 Causas Associadas

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

Descrição do Procedimento Solicitado	Código do Procedimento
TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	0415010012

Caráter da Internação	Documento	Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente
CIRÚRGICA	( ) CNS ( ) CPF	
2		
Nome do Profissional Solicitante/Assistente	Data da Solicitação	Assinatura e Carimbo (Nº de Registro do Conselho)
	18/12/2019	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

( ) Acidente de Trânsito	CNPJ Seguradora	Nº Bilhete	Série
( ) Acidente Trabalho Típico	CNPJ / Empresa	CNAE da Empresa	CBO
( ) Acidente Trabalho Trajeto			

Vínculo com a Previdência

( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado

## AUTORIZAÇÃO

Nome do Profissional Autorizador	Cód. Órgão Emissor	Nº da Autorização da Internação Hospitalar (AIH)
MARIA CECILIA MAC DOWELL		
Documento	Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador	
(X) CNS ( ) CPF	201533356580007	
Data da Autorização	Assinatura e Carimbo (Nº de Registro do Conselho)	
	Maria Cecilia Mac Dowell Médica Autorizadora SUS - CRM: 6922 CPF: 296.725.284-48	



Nome do paciente: <b>Jadelson Oliveira Barbosa</b>		Enfermaria: <b>46</b>		Leito: <b>09</b>	
Clínica: <b>Ortopedia</b>		Nº AIH:			
Nº prontuário: <b>259850</b>					
Diagnóstico inicial (constante no laudo médico): <b>Fratura do fêmur distal esquerda</b>				CID: <b>M198-V02</b>	
Procedimento solicitado: <b>Osteossintese com placas e parafusos</b>				Código: <b>0415010012</b>	
Tempo de permanência previsto:					
Procedimento realizado: <b>Osteossintese com placas e parafusos</b>					
Código	Equipe	Nome	Matrícula		
01	Cirurgião	<b>Odilmar Barbosa</b>			
02	1. Auxílio cirúrgico				
03	2. Auxílio cirúrgico				
04	3. Auxílio cirúrgico				
05	Demais auxílios cirúrgicos				
06	Anestesiistas	<b>Diana Souza</b>			
07	Clínico				
08	Clínico				
<b>Procedimentos especiais:</b> <input type="checkbox"/> Mudança de procedimento <input type="checkbox"/> Diária de UTI <input type="checkbox"/> Diária de acompanhante <input type="checkbox"/> Vacina Anti-Rh <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Uso de prótese órtese <input type="checkbox"/> Uso de fatores de coagulação <input type="checkbox"/> Uso de oxigenadores <input type="checkbox"/> Nutrição parenteral <input type="checkbox"/>					
<b>Resumo do caso</b> <b>PACIENTE INTERNADO POR APRESENTAR PATOLOGIA ORTOPÉDICA, SENDO TRATADO ADEQUADAMENTE E RECEBE ALTA EM SEGUIDA ENCAMINHADO AO AMBULATORIO COM ORIENTAÇÕES, MEDICAMENTOS E RETORNO.</b>					
Diagnóstico principal: <b>Fratura do fêmur distal esquerda</b>				CID: <b>M198-V02</b>	
Diagnóstico secundário: <b>Fratura da tíbia distal esquerda</b>				CID:	
Motivo da alta: <b>Alta com Retorno</b>					
Internação: <b>18/12/19</b>		Alta: <b>27/12/2019</b>		Dias de hospitalização:	

Av. Gen. Manoel Rabelo • 126 • Centro  
Jaboatão dos Guararapes - PE • CEP: 54160-000  
Tel. (81) 2492 0000 • ..... • .....



HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO - FICHA DE INTERNAÇÃO

Atendimento: 259850

FICHA DE ATENDIMENTO: ANAMNESE DE INTERNAÇÃO

Cartão SUS : 706309733961273

Convênio: SUS - INTERNACAO

Responsável:

Observação:

Prontuário: 779041 Data/Hora: 18/12/2019 12:49:15 Naturalidade  
Nome: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA Data de Nascimento: 05/12/1996 02:00:00  
Sexo: MASCULINO Idade: 23 Anos 0 Mês 28 Dias Profissão:  
CPF: 11794947418 Identidade: 8617861 - SDS/PE Fone:  
Est. Civil: SOLTEIRO Cônjuge:  
Escolaridade:  
Nome do Pai: DAMIAO DOS SANTOS BARBOSA  
Nome da Mãe: MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA Bairro: DOIS CARNEIROS  
Endereço: RUA DA LIBERDADE  
CEP: 54280725 Cidade: JABOATAO DOS GUARARUF:

Médico: CARLOS ANTONIO ROCHA CANDIDO FILHO CRM: 18336  
Unidade de Internação: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA CID:

RESUMO DE TRATAMENTO

HISTORIA DA DOENÇA ATUAL:

ANTECEDENTES PESSOAIS E HEREDITARIOS:

EXAME FÍSICO GERAL:

AP - CARDIO - VASCULAR:

AP - RESPIRATORIO:

ABDOMEN:

AP - GENITO - URINARIO:

HIPOTESE DIAGNOSTICA:

DIAGNOSTICO DEFINITIVO:

CONDIÇÕES DE ALTA:

LI E CONCORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS POR ESTA INSTITUIÇÃO

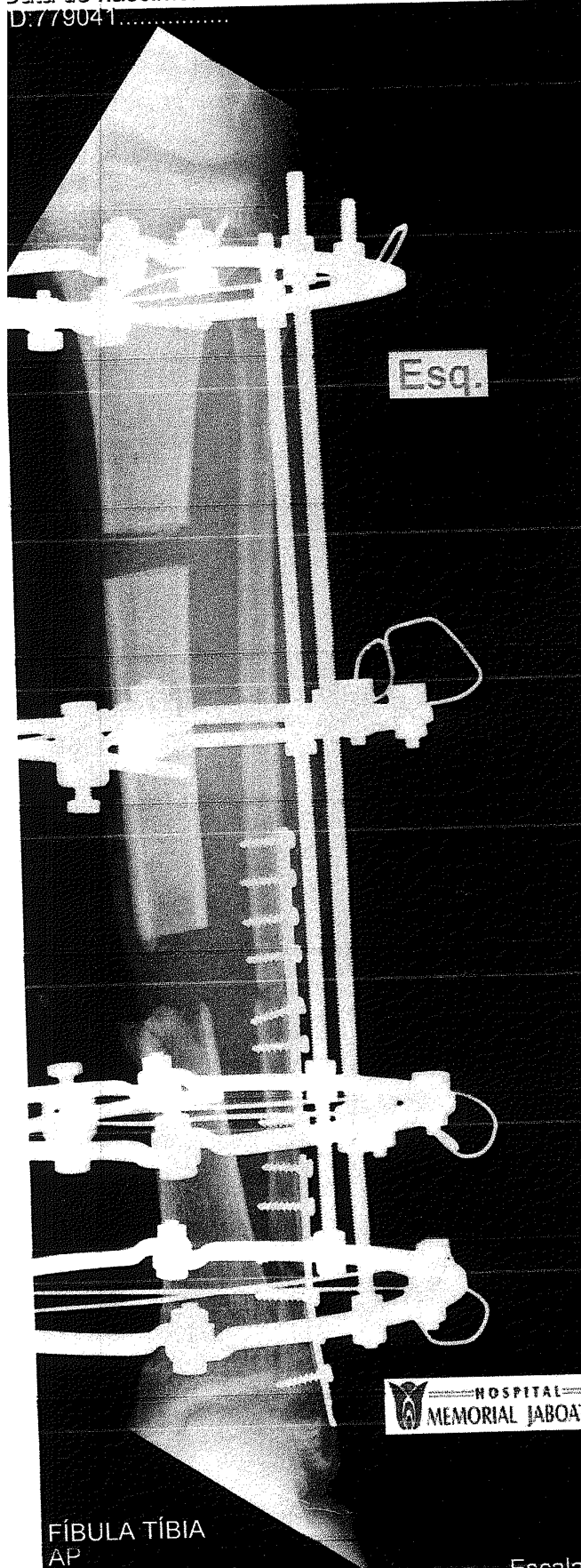
CIENTE:

Data: 27/12/19 - Hora de Saída: : h - Médico:

Av. Gal. Manoel Rabelo, 126 - Centro - CEP: 54160000 - Jaboatão dos Guararapes - PE  
Telefone: (81) 3482-9888 - www.hmje.org

JODIELSON OLIVEIRA DABREZ  
Sex: Masc.  
Data de nascimento: 05/12/1996  
ID: 779041

Data de aquisição: 10/01/2020  
Hora de aquisição: 09:24:15  
Índice de exp.: 1413



HOSPITAL  
MEMORIAL JABOATÃO

FÍBULA TÍBIA  
AP

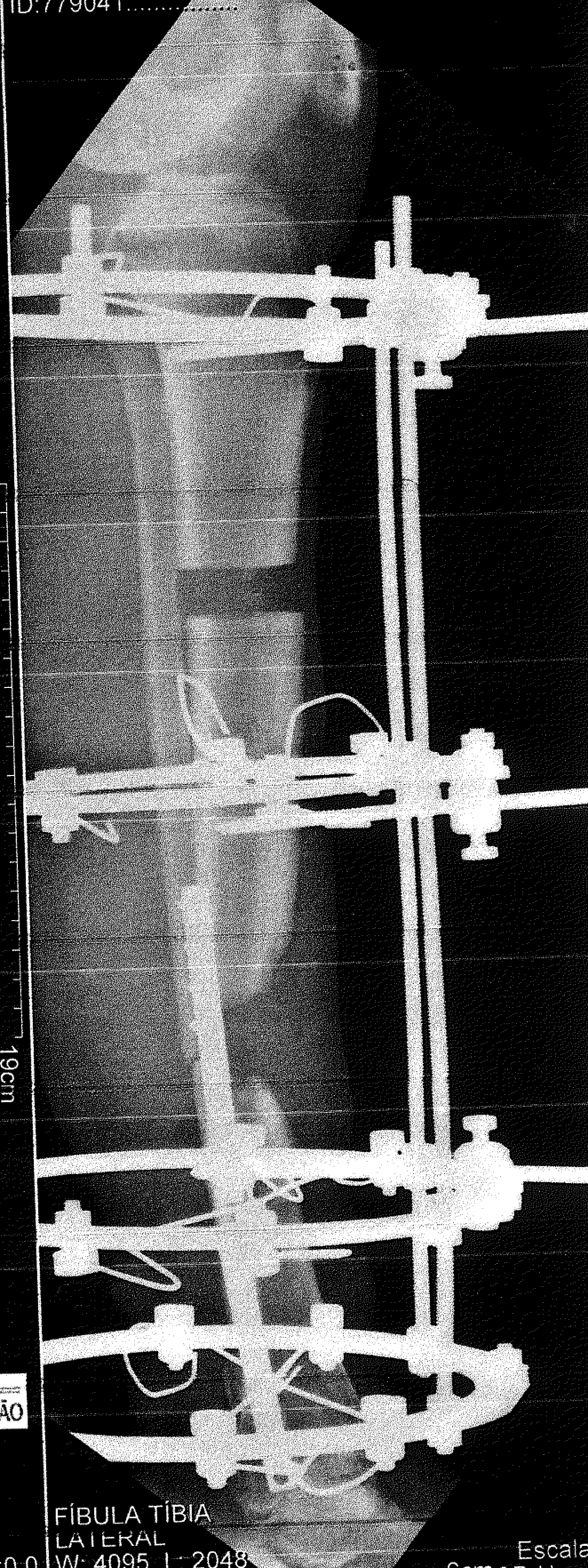
Escala: 0.0

W: 4095, L: 2048

ID de técnico: adm@carestream-health.com R&D Hospital

JODIELSON OLIVEIRA DABREZ  
Sex: Masc.  
Data de nascimento: 05/12/1996  
ID: 779041

Data de aquisição: 10/01/2020  
Hora de aquisição: 09:26:18  
Índice de exp.: 1645



FÍBULA TÍBIA  
LATERAL

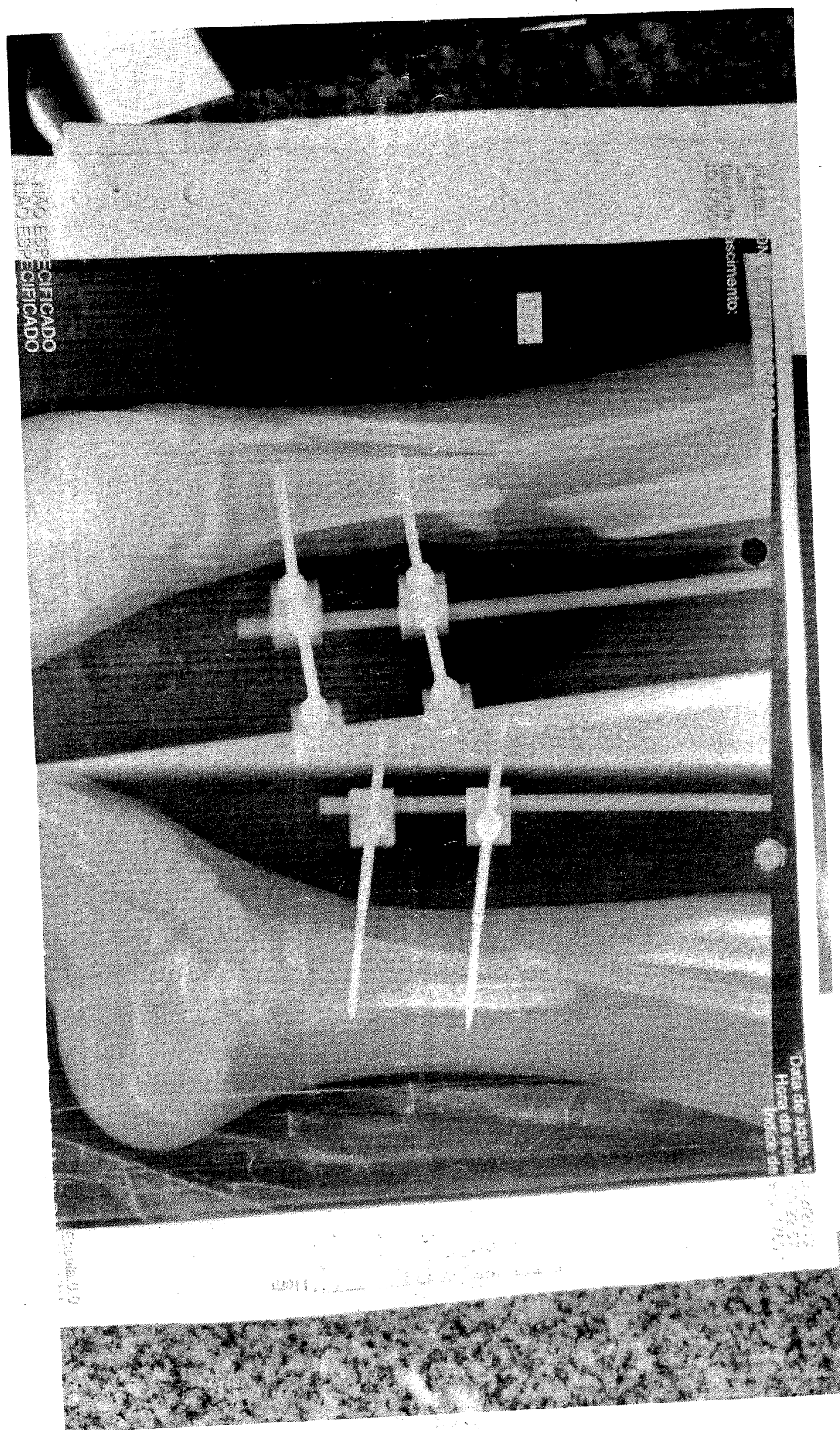
Escala: 0.0

W: 4095, L: 2048

ID de técnico: adm@carestream-health.com R&D Hospital







LAO ESPECIFICADO  
LAO ESPECIFICADO

LAO ESPECIFICADO  
LAO ESPECIFICADO

Data de aquisição:  
Hora de aquisição:  
Indice de:





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 16ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0037077-11.2020.8.17.2001**

AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

Intime-se a parte autora para indicar, seu contato telefônico, tanto fixo, como móvel, e se o seu endereço é atendido pela entrega de correspondência, ficando ciente de que, caso não haja entrega domiciliar da correspondência, a intimação será considerada concretizada com o envio da Carta com Aviso de Recebimento, mesmo que este não a busque na agência dos correios correspondente.

Outorgo o prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento das determinações constantes nesta decisão.

Com ou sem manifestações, retornem-me conclusos.

Intime-se.

Recife, 12 de agosto de 2020.

**Fernando Jorge Ribeiro Raposo**

**Juiz de Direito**

**L**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 16ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID [66216524](#), conforme segue transcrito abaixo:

*" Intime-se a parte autora para indicar, seu contato telefônico, tanto fixo, como móvel, e se o seu endereço é atendido pela entrega de correspondência, ficando ciente de que, caso não haja entrega domiciliar da correspondência, a intimação será considerada concretizada com o envio da Carta com Aviso de Recebimento, mesmo que este não a busque na agência dos correios correspondente. Outorgo o prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento das determinações constantes nesta decisão. Com ou sem manifestações, retornem-me conclusos. Intime-se. Recife, 12 de agosto de 2020. Fernando Jorge Ribeiro Raposo Juiz de Direito "*

RECIFE, 6 de novembro de 2020.

**ANA ELIZABETH AGUIAR CAVALCANTI**  
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE**

**Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001**

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA, já qualificado nos autos do processo acima epigrafado, vem, em obediência ao despacho contido na intimação id nº 66216524, ratificar o endereço autoral, qual seja:**

Rua José Luiz Saraiva, nº.06, Centro, Vertente do Lério/PE, CEP: 55760-000

Informar que é atendido pela entrega de correspondência.

Nesta oportunidade passa a informar o telefone do Autor: (81) 981242189.

Ressalta-se ainda que qualquer intimação destinada ao Autor, seu causídico se responsabiliza em dar ciência, independente de intimação pessoal.

Para todos os fins de direito.

Pede e espera deferimento.

Recife, 18 de novembro de 2020.

**BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA**

**OAB/PE 22090**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 16ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0037077-11.2020.8.17.2001**

AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DECISÃO**

Vistos, etc ...

**Defiro o pedido de gratuidade judiciária, ficando desde já ciente a parte autora do que dispõe o art. 98, §2º do CPC/15.**

Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como é sabido, a Seguradora somente propõe acordo mediante a prévia realização de perícia médica, entendo ser plenamente possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, imprescindível para o sucesso de uma eventual composição amigável, conforme previsto no inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê:

“Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - **a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito**”

Diante do singular cenário apresentado, determino com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processuais **a antecipação da produção de prova técnica pericial**, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) por ventura sofridas pela parte Autora, e para tanto **nomeio como perito do juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM/PE nº16.868**, perito desta Vara, cujo currículo encontra-se no Gabinete.

Arbitro honorários no valor de R\$300,00 conforme estipulado pela própria Seguradora e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, meio do Convênio nº 014/2017, publicado no DJE Edição nº 66 de 06 de abril de 2017, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues a profissional após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial quando necessárias (art. 33, NCPC).



Deve a parte autora levar para a perícia os exames médicos da lesão alegada já realizados.

**Cite-se e intime-se a ré, via carta com AR, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD e, na mesma oportunidade, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente.**

**Intime-se a parte autora, através de seu patrono, pessoalmente por AR e através do contato telefônico fornecido sob Id.71217051, para ciência da data designada para realização da perícia.**

Decorrido o prazo e apresentado o comprovante do depósito judicial, remetam-se os autos ao perito.

Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito.

Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me conclusos, certificando-se.

Cumpra-se.

Recife, data da autenticação eletrônica.

**Fernando Jorge Ribeiro Raposo**

**Juiz de Direito**

**L**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CPF 009.226.694-06.**

RECIFE, 8 de janeiro de 2021.

**RICARDO ALMEIDA ARCOVERDE**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 16ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 71289314 , conforme segue transcrito abaixo:

" efiro o pedido de gratuidade judiciária, ficando desde já ciente a parte autora do que dispõe o art. 98, §2º do CPC/15. Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como é sabido, a Seguradora somente propõe acordo mediante a prévia realização de perícia médica, entendo ser plenamente possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, imprescindível para o sucesso de uma eventual composição amigável, conforme previsto no inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê: "Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito" Diante do singular cenário apresentado, determino com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processuais a antecipação da produção de prova técnica pericial, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) por ventura sofridas pela parte Autora, e para tanto nomeio como perito do juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM/PE nº16.868, perito desta Vara, cujo currículo encontra-se no Gabinete. Arbitro honorários no valor de R\$300,00 conforme estipulado pela própria Seguradora e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, meio do Convênio nº 014/2017, publicado no DJE Edição nº 66 de 06 de abril de 2017, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues a profissional após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial quando necessárias (art. 33, NCPC). Deve a parte autora levar para a perícia os exames médicos da lesão alegada já realizados. Cite-se e intime-se a ré, via carta com AR, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD e, na mesma oportunidade, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente. Intime-se a parte autora, através de seu patrono, pessoalmente por AR e através do contato telefônico fornecido sob Id.71217051, para ciência da data designada para realização da perícia. Decorrido o prazo e apresentado o comprovante do depósito judicial, remetam-se os autos ao perito. Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me conclusos, certificando-se. Cumpra-se. "

RECIFE, 8 de janeiro de 2021.

**RICARDO ALMEIDA ARCOVERDE**  
Diretoria Cível do 1º Grau





AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

RECIFE, 8 de janeiro de 2021.

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

**Destinatário(s):**

**Nome:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**Endereço:** Av. Marquês de Olinda, nº 175 - Recife Antigo - Recife-PE | CEP: 50.030-000.

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Decisão:** Cite-se e intime-se a ré, via carta com AR, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD e, na mesma oportunidade, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 20081216550357000000064960693

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, RICARDO ALMEIDA ARCOVERDE, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**ANDREA PAULA DE FREITAS**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



## CONTESTAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00370771120208172001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresa seguradora com sede à Av. Marques de Olinda, 175 - Bairro do Recife - Recife - PE - CEP: 50030-000, inscrita no CNPJ sob o número 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **08/07/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **11/11/2019**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

---

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Verifica-se que o foi acostado aditamento do boletim de ocorrência realizado em 28/04/2020 retificando a data do sinistro, 05 meses após o primeiro registro de ocorrência.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade dos Boletins de Ocorrência apresentados aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual foi registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

***“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”***

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **08/07/2019**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

<sup>4</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

<sup>8</sup> art.

1º

(...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**





Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de fevereiro de 2021.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**, em curso perante a **16ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00370771120208172001.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Política Social da Energia Elétrica, criada pela Lei 10.438, de 24/04/02

Distribuição Energética S/A - Enepar  
Av. João da Rocha, 111, São José, Recife - PE, CEP 50.050-002  
CNPJ 06.935.020/0001-00 | Tel: 81 3005.43.23 | www.enepar.com.br

DADOS DO CLIENTE

ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

ALIANA MARIA MOURA DE A. FERNANDES

RUA JOAO BANDEIRA, 270

CPF 845.234.444-04

CENTRO CURURU  
S. J. RUBIM PE  
55.750-000

CLASSIFICAÇÃO

R1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Mensal

001289803

JUNCA

CINQUENTÃO

07/03/2020

201118002

3753666

Descrição	QUANTIDADE	PREÇO UN.	VALOR (R\$)
Consumo Atividade TUSD	99,000000	1,47658182	42,22
Consumo Atividade TFE	99,000000	0,3645025	36,51
Atividade Bancária			1,39
Contribuição Social			5,49
Imposto Sincronizado CDE			1,70

TOTAL DA FATURA

Nº ID	Tipo da Fatura	Anterior	Atual	Nº de Dias	Constante	Valor	Consumo (kWh)
00994	127	01-12-2019	01-12-2019	30	1,75277	69,00	

Consumo (kWh)	Base de Cálculo	%	Valor	Consumo (kWh)	Base de Cálculo	%	Valor
00920	100	100%	100,00	00920	100	100%	100,00
00921	110	110%	110,00	00921	110	110%	110,00
00922	120	120%	120,00	00922	120	120%	120,00
00923	130	130%	130,00	00923	130	130%	130,00
00924	140	140%	140,00	00924	140	140%	140,00
00925	150	150%	150,00	00925	150	150%	150,00
00926	160	160%	160,00	00926	160	160%	160,00
00927	170	170%	170,00	00927	170	170%	170,00
00928	180	180%	180,00	00928	180	180%	180,00
00929	190	190%	190,00	00929	190	190%	190,00
00930	200	200%	200,00	00930	200	200%	200,00
00931	210	210%	210,00	00931	210	210%	210,00
00932	220	220%	220,00	00932	220	220%	220,00
00933	230	230%	230,00	00933	230	230%	230,00

Informações importantes: a fatura é emitida com base no consumo registrado no medidor. O valor da fatura pode variar de acordo com o consumo registrado no medidor. O valor da fatura pode variar de acordo com o consumo registrado no medidor. O valor da fatura pode variar de acordo com o consumo registrado no medidor.

Consumo (kWh)	Base de Cálculo	%	Valor	Consumo (kWh)	Base de Cálculo	%	Valor
00920	100	100%	100,00	00920	100	100%	100,00
00921	110	110%	110,00	00921	110	110%	110,00
00922	120	120%	120,00	00922	120	120%	120,00
00923	130	130%	130,00	00923	130	130%	130,00
00924	140	140%	140,00	00924	140	140%	140,00
00925	150	150%	150,00	00925	150	150%	150,00
00926	160	160%	160,00	00926	160	160%	160,00
00927	170	170%	170,00	00927	170	170%	170,00
00928	180	180%	180,00	00928	180	180%	180,00
00929	190	190%	190,00	00929	190	190%	190,00
00930	200	200%	200,00	00930	200	200%	200,00
00931	210	210%	210,00	00931	210	210%	210,00
00932	220	220%	220,00	00932	220	220%	220,00
00933	230	230%	230,00	00933	230	230%	230,00

**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221264 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 6.132/98.

Pelo exposto, eu EDUARDO JOSE DE A. FERNANDES inscrito (a) no CPF 574.940.534 / 68, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA inscrito (a) no CPF sob o Nº 117.949.474 / 18, do sinistro de DPVAT cobertura INVALIDEZ da Vítima JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA, inscrito (a) no CPF sob o Nº 117.949.474 / 18, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>RUA JOÃO BATISTA</u>		Número <u>370</u>	Complemento <u>CASA</u>
Bairro <u>CENTRO</u>	Cidade <u>JURUAM</u>	Estado <u>PE</u>	CPF <u>55750-000</u>
Email _____		Telefone comercial (DDD) <u>81-99665-0454</u>	Telefone celular (DDD) <u>81-98133-5022</u>

SURUBIM 29 de ABRIL de 2020.

Local e Data

X [Assinatura]  
Assinatura do Declarante

DLDRLC01 V031/2017





### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o Sr (a) Jádilson Oliveira  
Barbosa ; Esteve interno (a) nesta Unidade de Saúde no dia  
08/07/2019 a 07/08/2019. Registro: 341510.

OBS: Vítima de Acidente de Trânsito.

Desde já nos colocamos a disposição para mais  
esclarecimentos.

Caruaru, 02 de Março 2020  
100.794.916-371  
HRA - Hospital Regional do Agreste de Pernambuco  
Setor de Arquivo - CEP 55.024.000  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 05/03/2021 09:35:25

setor de Arquivo (same)





# HOSPITAL REGIONAL DO OESTE EMERGENCIA

1. IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801** Sinal vital: **3-10-10**

Data Nasc.: **01/07/1980** Idade: **27** Sexo: **MASCULINO** Cor: **PARDA** Estado: **PA**

CNPJ: **740-741-1** RG: **40.740.740** CKS: **00000000000000000000**

E. Gerador: **RUA OLIVEIRA BARBOSA** Nº: **00**

Bairro: **LINHO** Cidade: **VEREJIMIZ** Estado: **PA**

CEP: **000000** Fone: **00000000** Prontidão: **ALTO**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

Endereço: **Endereço: RUA OLIVEIRA BARBOSA**

Cidade: **VEREJIMIZ** Estado: **PA**

2. HISTORICO DO PACIENTE

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

3. EXAME FÍSICO

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

4. EXAME LABORATORIAL

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

5. EXAME DE IMAGEM

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

6. EXAME DE FUNÇÃO

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

7. EXAME DE TRATAMENTO

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

8. EXAME DE EVOLUÇÃO

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

9. EXAME DE RESULTADO

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**

10. EXAME DE OBSERVAÇÃO

Nome: **PIELSON OLIVEIRA BARBOSA** Atendimento: **523801**

Nome do Mãe: **MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA**

Assinatura: **Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior**





Sistema de Saúde Ministério da Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE <b>HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE WALDEMAR FERREIRA</b>		2 - DATES 21/03/2021 14:13	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - ENDEREÇO	
<b>Identificação do Paciente</b>			
1 - NOME DO PACIENTE <b>JOÃO CARLOS ALVES</b>		5 - Nº DO PRONOME	
2 - Nº DO CADASTRO DE SAÚDE (CNS)		6 - DATA DE NASCIMENTO <b>05/12/1974</b>	
3 - Nº DO REGISTRO		7 - SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
4 - Nº DO REGISTRO		8 - Nº DO REGISTRO	
9 - Nº DO REGISTRO		10 - Nº DO REGISTRO	
11 - Nº DO REGISTRO		12 - Nº DO REGISTRO	
13 - Nº DO REGISTRO		14 - Nº DO REGISTRO	
15 - Nº DO REGISTRO		16 - Nº DO REGISTRO	
17 - Nº DO REGISTRO		18 - Nº DO REGISTRO	
19 - Nº DO REGISTRO		20 - Nº DO REGISTRO	
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>			
1 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Paciente de 46 anos de idade, com queixa de dor no peito, com fôlego curto.</b>			
2 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
3 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
4 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
5 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
6 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
7 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
8 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
9 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
10 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
11 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
12 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
13 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
14 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
15 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
16 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
17 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
18 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
19 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
20 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
21 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
22 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
23 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
24 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
25 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
26 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
27 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
28 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
29 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
30 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
31 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
32 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
33 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
34 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
35 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
36 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
37 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
38 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
39 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
40 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
41 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
42 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
43 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
44 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
45 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
46 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
47 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
48 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
49 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
50 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
51 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
52 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
53 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
54 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
55 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
56 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
57 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
58 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
59 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
60 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
61 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
62 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
63 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
64 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
65 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
66 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
67 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
68 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
69 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
70 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
71 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
72 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
73 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
74 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
75 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
76 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
77 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
78 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
79 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
80 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
81 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
82 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
83 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
84 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
85 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
86 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
87 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
88 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
89 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
90 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
91 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
92 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
93 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
94 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
95 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
96 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
97 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
98 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
99 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			
100 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINAIS <b>Ata de exame físico.</b>			



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CONSUMO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS EM CIRURGIAS  
HOSPITAL REGIONAL DO ACRESTE

100046122

DATE: 10/27/2016 BY: 728728

PROFESSOR      DATE

[illegible]

ESIA

[illegible]

05/09/2009 15:38:00 de 2009-11-05 15:38:00

Asymptotic Expansion of Circles

As a result of the above, the following can be said:





## REGULATOR GENERATORS

37. 2023. 03. 01

1990

24532123

ANESTHESIA 531 OF 255

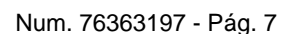
2542

1125

6043 34 01 1231 25 250000

TECHNICAL DATA OF 7357474

0-11-21-20-10-54-0E-7E-43-5A



Nome do paciente: <u>Adelben Oliveira Barbosa</u>	
Clinica: <u>Ortopedia</u>	Enfermeira: <u>46</u>
Nº prescrição: <u>259850</u>	Nº A-H: <u>09</u>
Diagnóstico inicial (conforme o laudo médico): <u>Fratura de humero-torácica esquerda</u>	CD: <u>M 98-VII</u>
Procedimento realizado: <u>Clavícula múltipla</u>	CD: <u>04 5210012</u>
Tempo de permanência previsto:	
Assinatura médica: <u>Adelben Oliveira Barbosa</u>	
Código	Equipe
01	Ortopedia
02	1. Auxílio cirúrgico
03	2. Auxílio cirúrgico
04	3. Auxílio cirúrgico
05	Demais auxílios cirúrgicos
06	Anestesistas
07	Clinico
08	Clinico
Procedimentos especiais:	
<input type="radio"/> Mudança de procedimento <input type="radio"/> Dieta de UTI <input type="radio"/> Dieta de acompanhamento <input type="radio"/> Vacina Anti-Rh <input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> Uso de prótese óssea <input type="radio"/> Uso de fatores de coagulação <input type="radio"/> Uso de coaguladores <input type="radio"/> Nutrição parenteral <input type="radio"/>
Resumo do caso: PACIENTE INTERNADO POR APRESENTAR PATOLOGIA ORTOPÉDICA, SENDO TRATADO ADEQUADAMENTE E RECEBE ALTA EM SEGUIDA ENCAMINHADO AO AMBULATORIO C/ ORIENTAÇÕES, MEDICAMENTOS E RETORNO.	
Diagnóstico principal: <u>Fratura de humero-torácica esquerda</u> Diagnóstico secundário: <u>Clavícula múltipla</u> Motivo da alta: <u>Alta com Risco</u>	
Internação: <u>18/12/19</u>	Alta: <u>07/01/2020</u>
Dias de hospitalização:	

Av. Gen. Manoel Rabelo - 726 - Centro  
 Jaboatão dos Guararapes - PE - CEP: 54160-000  
 Tel.: (81) 2461 0000



# Laudo para solicitação de autorização de internação

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO	CYES	5355067
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO	CNES	5355067

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
JOHNSON OLIVEIRA BARBOSA		779041	
Cartão Nacional do SUS	Data de Nascimento	Sexo	Raça/Cor
703305733861313	06/12/1996	Masculino	99 - Sem informação
Nome de Mãe	Etnia		
MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA	0000 - Não se aplica		
Nome Responsável	Telefones de contato		
MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA			
Endereço (Rua, Nº, Bairro)			
RUA DA LIBERDADE, 122 - DOIS CARNEIROS			
Município	IBGE	UF	CEP
JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	PE	54230725

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos			
PACIENTE COM HISTÓRIA DE FRATURA EXPOSTA DE OSSOS DA PERNA ESQUERDA, REALIZADO LIMPEZA CIRÚRGICA - INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO EM 08/07/2016, APRESENTANDO PSEUDOARTROSE DE TÍBIA ESQ. SOLICITO INTERNAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO CIRCULAR (ILIZAROV).			
Condições que justificam a internação			
EXAME FÍSICO + RAIO X			
Principais Resultados de Exames Diagnósticos			
PSEUDOARTROSE DE TÍBIA ESQUERDA			
Diagnóstico Inicial / Código	CID 10 Principal	CID 10 Secundário	CID 10 Causas Associadas

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

Descrição do Procedimento Solicitado		Código do Procedimento	
TRATAMENTO CIRÚRGICO MULTIPLES		0415010012	
Técnica	Canal de Internação	Documento	Nº do Documento (CNS/CPF do Profissional Solicitante/Assistente)
CIRÚRGICA	2	( ) CNS ( ) CPF	
Nome do Profissional Solicitante/Assistente		Data da Solicitação	Assinatura e Carimbo (Nº de Registro do Conselho)
		18/12/2019	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

( ) Acidente de Trânsito	CNPJ Seguradora	Nº Emissão	Série
( ) Acidente Trabalho Típico	CNPJ / Empresa	CNAE de Empresa	C30
( ) Acidente Trabalho Trajetado			
Vínculo com a Previdência			
( ) Empregado	( ) Empregador	( ) Autônomo	( ) Desempregado
( ) Aposentado	( ) Não Segurado		

## AUTORIZAÇÃO

Nome do Profissional Autorizador		Cód. Órgão Emissor	Nº da Autorização de Internação Hospitalar (A/IH)
MARIA CECILIA MAC DOWELL			
Documento	Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador		
(X) CNS ( ) CPF	201533356580007		
Data da Autorização	Assinatura e Carimbo (Nº de Registro do Conselho)		
	MARIA CECILIA MAC DOWELL Médico Autorizador SUS - CRM: 2885 CPF: 084.724.831-49		



HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO - FICHA DE INTERNAÇÃO

Atendimento: 259850

FICHA DE ATENDIMENTO: ANAMNESE DE INTERNAÇÃO

Convênio: SUS - INTERNACAO

Cartão SUS: 170630873396:1273

Responsável:

Observação:

Prontuário: 779041 Data/Hora: 18/12/2019 12:48:15 Naturalidade:  
 Nome: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA Data de Nascimento: 06/12/1996 02:00:00  
 Sexo: MASCULINO Idade: 23 Anos 0 Mês 28 Dias Profissão:  
 CPF: 11784947418 Identidade: 5317561 - SDS/PE Fone:  
 Est. Civil: SOLTEIRO Cônjuge:  
 Escolaridade:  
 Nome do Pai: DAMIAO DOS SANTOS BARBOSA  
 Nome da Mãe: MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA  
 Endereço: RUA DA LIBERDADE Bairro: DOIS CARNEIROS  
 CEP: 54250725 Cidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES  
 Médico: CARLOS ANTONIO ROCHA CANDIDO FILHO CRM: 18336  
 Unidade de Internação: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA CID:

RESUMO DE TRATAMENTO

HISTORIA DA DOENÇA ATUAL:

ANTECEDENTES PESSOAIS E HEREDITARIOS:

EXAME FÍSICO GERAL:

AP - CARDIO - VASCULAR:

AP - RESPIRATORIO:

ABDOMEN:

AP - GENITO - URINARIO:

HIPOTESE DIAGNOSTICA:

DIAGNOSTICO DEFINITIVO:

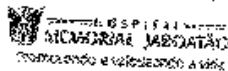
CONDIÇÕES DE ALTA:

LI E CONCORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS POR ESTA INSTITUIÇÃO  
 CIENTE:

Data: 18/12/19 - Hora de Saída: : h - Médico:

Av. Gal. Manoel Rabelo, 126 - Centro - CEP: 54160000 - Jaboatão dos Guararapes - PE  
 Telefone: (51) 3482-9888 - www.hmlpe.org





Convênio: SUS - AMBULATORIO

Responsável:

Atendimento: 255755

Observação:

CNS: 7063697339951273

Prontuário: 779041

Data/Hora: 18/12/19 08:25:27

Nome: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Data de Nascimento: 05/12/1955

Sexo: Masculino

Idade: 23 Anos, 0 Mês e 13 Dias

Profissão: OUTROS

CPF: 11794947418

Identidade: 8517861

Fone:

Celular: 986768990

Estado Civil: Solteiro

Cônjuge:

Escolaridade:

Nome do Pai:

Nome da Mãe: MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA

Endereço: RUA DA LIBERDADE, DOIS CARNEIROS, CEP: 54280725, Nº 122, JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Médico: ELDER DE VASCONCELOS CARVALHO

CRM: 22929

Unidade de Internação:

Queixa:

PACIENTE COM HISTÓRIA DE FRATURA EXPOSTA DE OSSOS DA PERNA ESQUERDA REALIZADO LIMPEZA CIRÚRGICA + INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO EM OUTRO SERVIÇO EM 08/07/2019, APRESENTANDO PSEUDOARTROSE DE TÍBIA ESQUERDA

PA? ( ☒ Análise )

Exame físico

Pulso:

Temperatura:

Exames Complementares

☐ Raios - X

☐ Sangue

☐ Urina

☐ TC

☐ Líquor

☐ ECG

☐ US

Dados Clínicos:

FIXADOR EXTERNO LINEAR EM PERNA ESQUERDA

Hipótese Diagnóstica:

Conduta:

CID:

INTERNAMENTO + PROGRAMAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO CIRCULAR (ILIZAROV)

Data da Saída:

☐ Alta

☐ Decisão Médica

☐ A Pedido

☐ Evasão

☐ Desistência

☐ Encaminhamento ao Ambulatório

Transferência (Unidade de Saúde):

Óbito: ☐ Até 48h

☐ Após 48h

☐ Família

☐ IML

☐ Anat. Patológico

PACIENTE / RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO



## FICHA CIRÚRGICA

PACIENTE: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA ATEND: 239850

CIRURGIÃO: ODILMAR BARBOSA

ANESTESISTA: DIANA SOUZA

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: M841 AUSÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO DA FRATURA PSEUDO-ARTROSE.

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: 0408060034 ALONGAMENTO E/OU TRANSPORTE ÓSSEO DE OSSOS LONGOS (EXCETO DA MÃO E DO PÉ) + TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE FIBULA+ RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO LINEAR.

DATA CIRURGIA: 19/12/2019

### DESCRIÇÃO CIRÚRGICA:

PACIENTE EM DECUBITO DORSAL SOB RAQUI ANESTESIA  
ROTINA ANTISSEPTICA  
RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO LINEAR EM PERNA ESQUERDA  
INCISAO LONGITUDINAL EM TOPOGRAFIA DE FIBULA PROXIMAL ESQUERDA  
ABERTURA POR PLANOS  
VISUALIZADO FOCO DE FRATURA  
REDUCAO DE FRATURA + FIXACAO DE REDUCAO COM PLACA + PARAFUSOS  
INCISAO LONGITUDINAL EM TOPOGRAFIA DE FIBULA DISTAL ESQUERDA  
ABERTURA POR PLANOS  
VISUALIZADO FOCO DE FRATURA  
REDUCAO DE FRATURA + FIXACAO DE REDUCAO COM PLACA + PARAFUSOS  
INCISAO LONGITUDINAL ANTEROMEDIAL EM TIBIA ESQUERDA EM TOPOGRAFIA DE FOCO DE FRATURA  
ABERTURA POR PLANOS  
OSTECTOMIA DE TIBIA  
CURETIZACAO + TREPANACAO DE FOCO DE FRATURA  
INSTALADO FIXADOR EXTERNO CIRCULAR ILIZAROV  
FECHAMENTO POR PLANOS  
CURATIVO

OBS.: PROCEDIMENTO REALIZADO COM CONTROLE RADIOSCOPICO COM INTENSIFICADOR DE IMAGEM






Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM

**- ATESTADO MÉDICO -**

ATESTO que o Segurado

portador da Carteira Profissional nº

série \_\_\_\_\_ necessita de

dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de  
doença.

Hospital ou Ambulatório

Localidade e Data

ASS. do Médico - CRM Nº

NOTA - Este atestado é válido para as finalidades previstas  
no Art. 86 do RGPS, aprovado pelo Decreto nº 60.501 de  
14.03.67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de  
afastamento do trabalho.



**LAUDO MÉDICO E ATESTADO MÉDICO  
(AO INSS - PERÍCIA MÉDICA)**

**PACIENTE:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) PACIENTE ACIMA CITADO ESTEVE INTERNADO EM NOSSO SERVIÇO ONDE FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO RECEBENDO ALTA HOSPITALAR APOS MELHORIA CLÍNICA.

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) PACIENTE ACIMA CITADO NECESSITA AFASTAR-SE DAS ATIVIDADES LABORAIS POR UM PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DESTA DATA.

RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DO HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO PARA CONSULTA DE RETORNO NO DIA E HORARIO MARCADO ABAIXO.

**CID-10:** M841 - AUSÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO DA FRATURA [PSEUDO-ARTROSE]

**DATA DE INTERNAMENTO:** 18/12/2019

**DATA DA CIRÚRGIA:** 19/12/2019

**DATA DE ALTA:** 27/12/2019

**DATA CONSULTA DE RETORNO:** 03/01/2020

**HORÁRIO:** 07:00

**MEDICO ASSISTENTE:** DR. GUILMAR BARBOSA E SILVA

JABOATÃO DOS GUARARAPES, 27 DE DEZEMBRO DE 2019

MEDICO: FRANCISCO DINIZ BORBOREMA

  
Francisco Diniz Borborema  
Médico  
CRM - PE 25489

Av. General Manoel Rabelo - Nº126 - Centro - Jaboatão dos Guararapes - CEP: 54160-000

TELEFONE: 3482-9898 - [www.hmjpe.org](http://www.hmjpe.org)



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA

RESUMO DE ALTA

Nome: Geórgio Oliveira Barbosa

Prontuário: X 341510

Data: 03 / 07 / 18

Hora: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO:

Fratura exposta de osso da perna esquerda

AMBULATÓRIO DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Paciente de alta da ortopedia sob orientação de Dr. Marcelo Capela. Retornar ao ambulatório de Dr. Gustavo Lobo com 25 dias após alta hospitalar.

TRATAMENTO REALIZADO:

Paciente com fratura complexa de tíbia e fíbula com fixador externo em condicoes de pele para procedimento cirurgico no momento. Receberá alta para prosseguir em cirurgia com Dr. Gustavo Lobo.

Via Hospitalar: Data: 07 / 08 / 18

Hora: \_\_\_\_\_

R.S. + Dr. Marcelo Capela  
CRM 33.201

Ass. do Médico e CRM  
Carimbo



ARGENT 0410 323501

2015年4月15日

2022

52

44

49

[illegible]

4208763-0100

CHRG-ARTICLE 17, SECTION 1, SUBSECTION 1

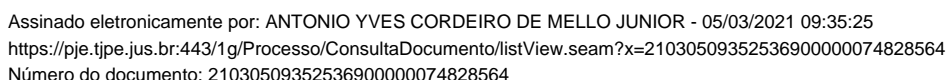
THE UNIVERSITY OF CHICAGO

16. SPITTING

Q. 1224 (b) (1) (A) 1-10-15

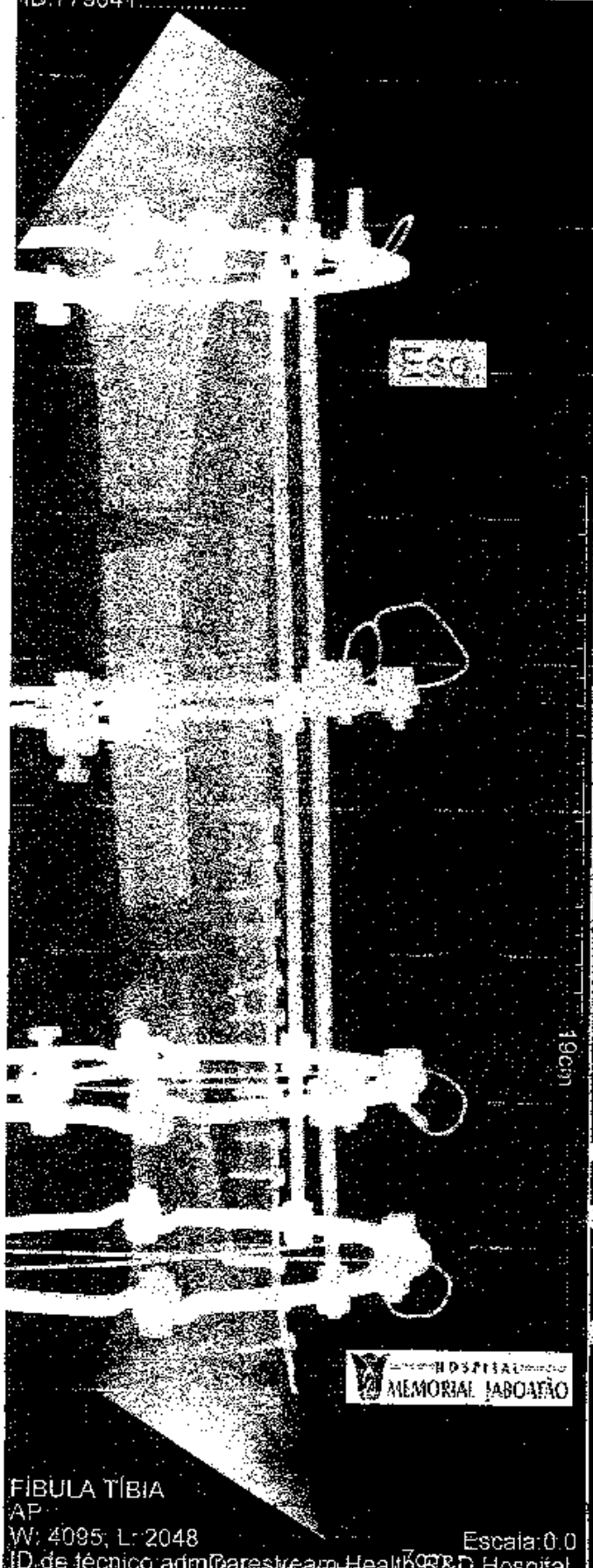
Exotic Molds

Wendy D. Williams



JODIELSON OLIVEIRA DABENEquis.:10/01/2020  
Sex: Masc. Hora de aquis.:09:24:15  
Data de nascimento:05/12/1996Índice de exp.:1413  
ID:779041

JODIELSON OLIVEIRA DABENEquis.:10/01/2020  
Sex: Masc. Hora de aquis.:09:26:18  
Data de nascimento:05/12/1996Índice de exp.:1645  
ID:779041

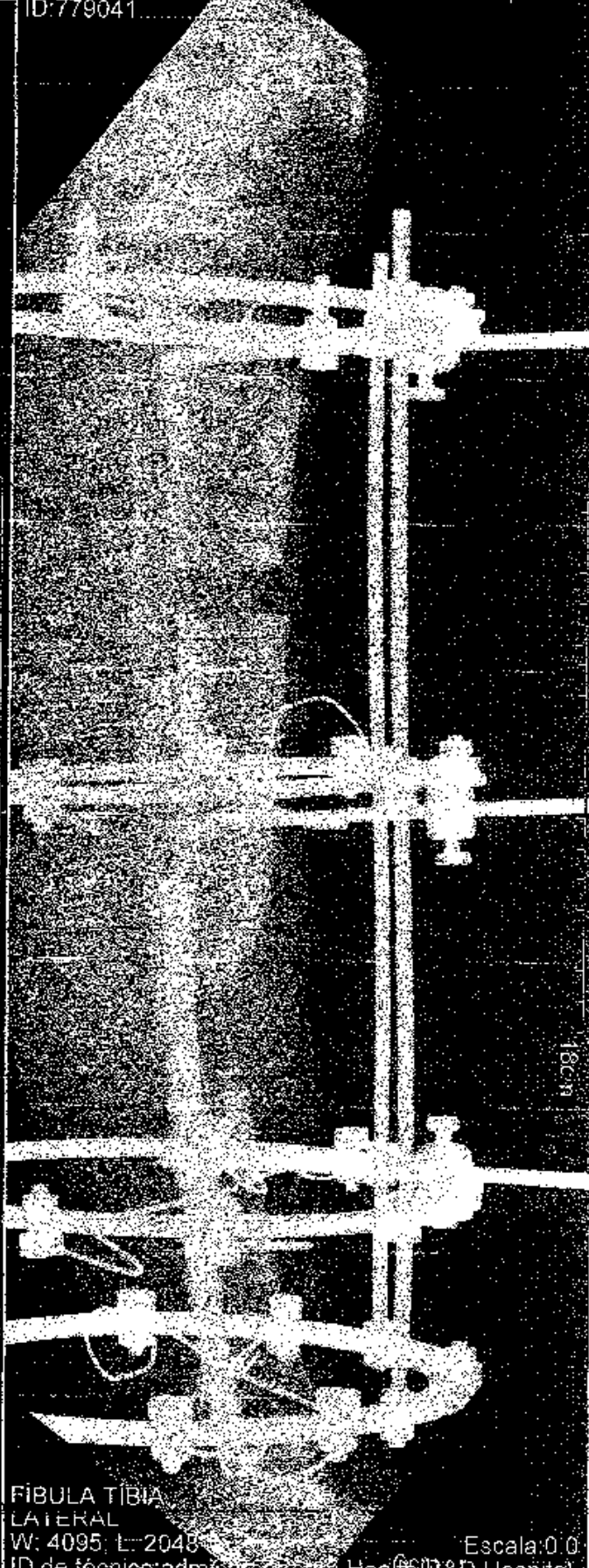


FIBULA TÍBIA

AP  
W: 4095, L: 2048

Escala:0.0

ID de técnico:adm@carestream-health.com R&D Hospital



FIBULA TÍBIA  
LATERAL

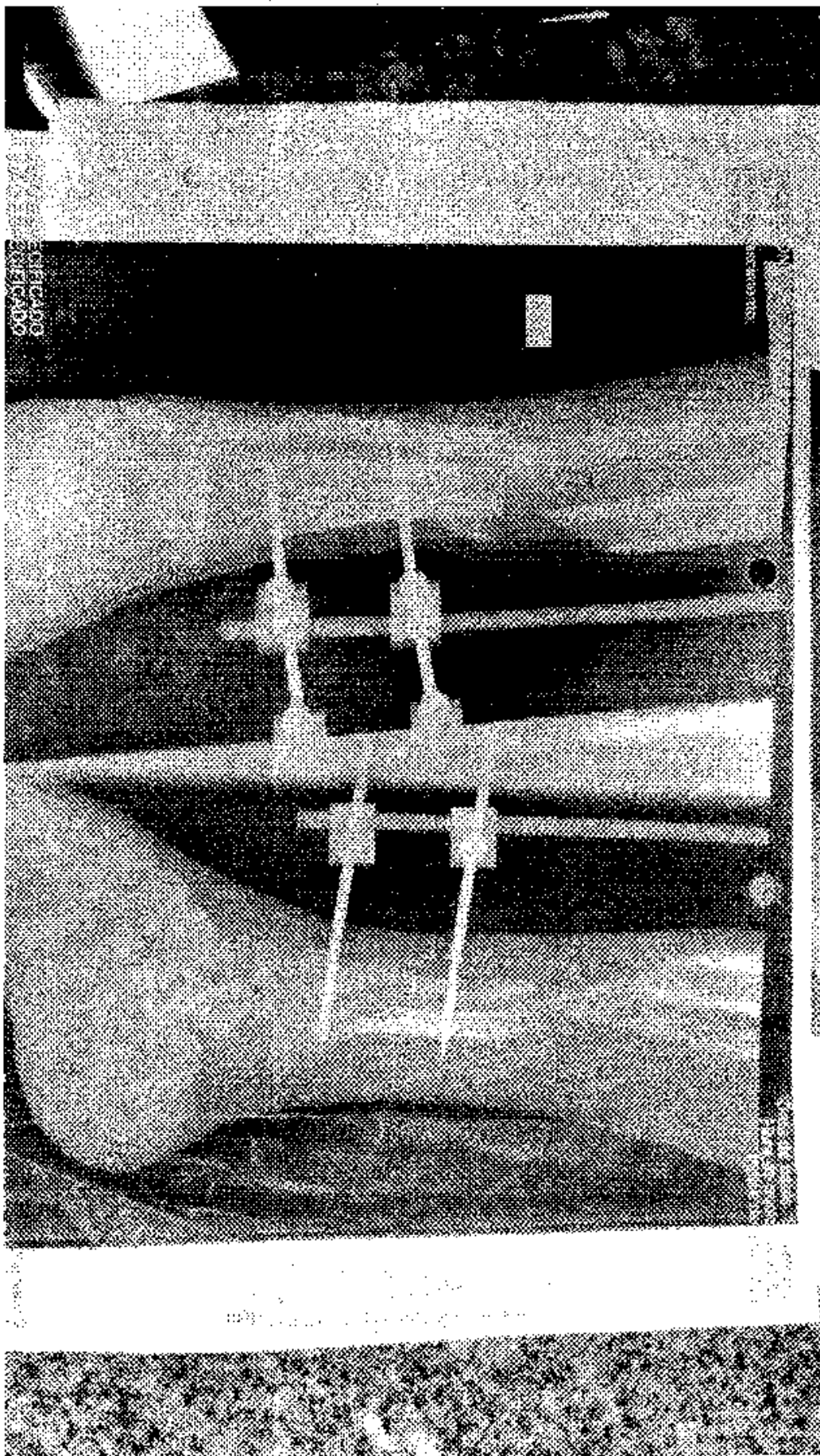
W: 4095, L: 2048

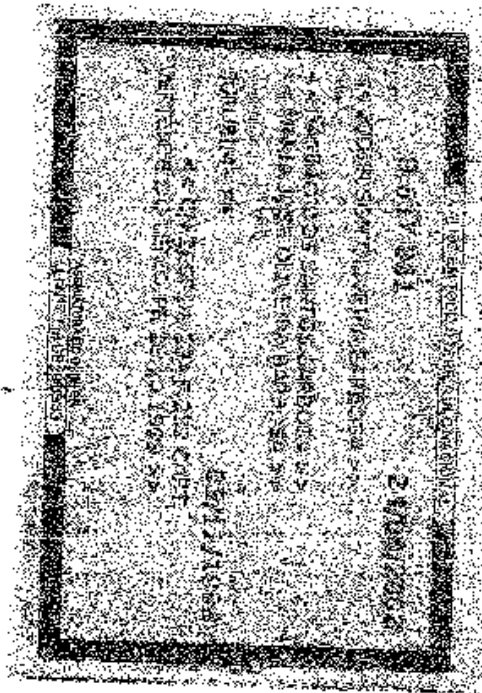
Escala:0.0

ID de técnico:adm@carestream-health.com R&D Hospital









MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
117.949.474-18

Nome  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Nascimento  
05/12/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CODIGO DE CONTROLE  
9751.9AE3.C962.18CB

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na internet, no endereço:  
[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
em 02.02.20 de dia 08/01/2014 (hora e data de Brasília)  
digite verificador: 00

RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

NOME: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

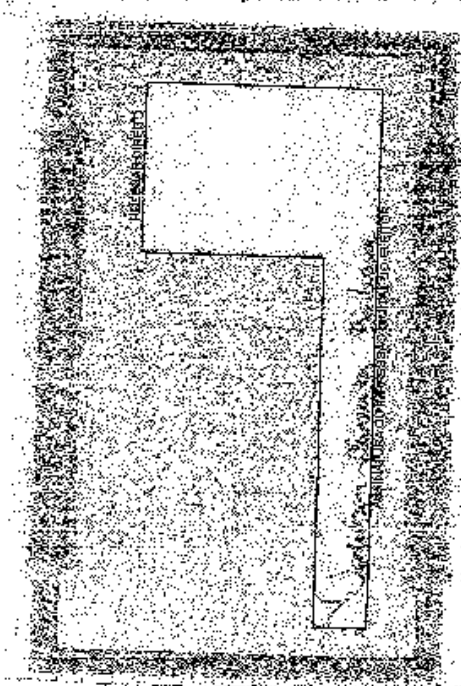
CPF: 117.949.474-18

DATA DE EMISSÃO: 08/01/2014

LOCAL DE EMISSÃO: SÃO PAULO

VERIFICADOR: 00

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 05/03/2021 09:35:25







## Informações sobre o veículo

Placa: **KGQ-2870**

Chassi: **9CDNF41A18M213384**

Espécie/ Tipo: **PAS / MOTOCICLETA**

Combustível: **GASOLINA**

Marca/ Modelo: **JTA/SUZUKI INTRUDER 125**

Ano fabricação/ Ano modelo: **2008**

Capacidade/ Potência/ Cilindrada: **2 / 0 / 125**

Categoria: **PARTIC**

Cor predominante: **PRETA**

Parcelamento/ Cotas: **3 X 0,00**


## Observações

**RESTRIÇÕES**

**> NADA CONSTA**

**VEÍCULO ATENDE A RESOLUÇÃO 372/2011 CONTRAN - PLACAS REFLETIVAS**

 Consultar débitos

 Consulta de emissão de CRLV



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0128475/20

**Vítima:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

**CPF:** 117.949.474-18

**Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

**Data do acidente:** 08/07/2019

**Titular do CPF:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

**CPF de:** Próprio

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

#### EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES : 574.940.534-68

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA : 117.949.474-18

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 04/05/2020  
Nome: EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES  
CPF: 574.940.534-68

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 04/05/2020  
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA  
CPF: 114.202.964-69

EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES

JULIANA BEZERRA DE LUNA





## FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE REANÁLISE - DPVAT

Para mais esclarecimentos, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou entre em contato através de um dos números abaixo:  
Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h  
SAC (para dúvidas e reclamações): 0800 022 8189 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06  
Canal de Denúncia: 0800 591 2563 | Ouvidoria: 0800 021 91 35

Número do pedido DPVAT: 32 0016 48 77 Data da solicitação: 19/05/2020  
Nome do beneficiário: Jedilson Oliveira Barbosa CPF do beneficiário: 117.949.474-18  
Nome do solicitante: \_\_\_\_\_ CPF do solicitante: \_\_\_\_\_

### DADOS PARA CONTATO

Tel. Celular: ( 81 ) 9.9665-0454 Tel. Comercial: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Tel. Residencial: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

### INFORME A COBERTURA DO SEU PEDIDO

☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

### MOTIVO DA SOLICITAÇÃO

☐ DISCORDO DA NEGATIVA ☒ DISCORDO DO VALOR RECEBIDO ☐ DISCORDO DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS

### ESTÁ APRESENTANDO UM NOVO DOCUMENTO PARA COMPLEMENTAR O PEDIDO DE REANÁLISE?

☐ NÃO ☒ SIM, informe qual(is) documento(s) estão sendo entregues:  
☐ Novos documentos médicos  
☐ Laudo do IML  
☐ Boletim de Ocorrência  
☐ Notas fiscais complementares  
☒ Outros: Doc. Imagem / Doc. Complementar (DESCREVER)

### NO CAMPO ABAIXO, SE DESEJAR, DESCREVA A JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Solicito que o meu processo seja reanalisado, pois, tive fratura exposta dos ossos da perna esquerda, estou invalido e recebi um valor inferior ao que tenho direito. Não fui submetido a uma avaliação (perícia) por um médico da LIDER em contato com o SUDO da LIDER fui orientado a fazer a reclamação neste formulário.

Jedilson Oliveira Barbosa

Assinatura do solicitante ou de quem assina a pedido (a rogo)

Vertente do Rio, 19 de Maio de 2020.

#### IMPORTANTE:

Depois de preencher todos os dados, imprima o formulário, assine e entregue no mesmo ponto de atendimento em que deu entrada inicialmente no seu pedido de Seguro DPVAT.

Observação sobre beneficiário/vítima não alfabetizado:

O não alfabetizado deverá escanear a póliza de sua confiança, alfabeticada, no local correto, para preencher e assinar o formulário, o seu pedido (a seu rogo).



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200164877 **Cidade:** Vertentes **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA **Data do acidente:** 08/07/2019 **Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 07/05/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE TÍBIA E FÍBULA ESQUERDA. EVOLUIU COM PSEUDOARTROSE

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO. ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADA DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** PÁG 5\_CIRURGIA

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200164877 **Cidade:** Vertentes **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA **Data do acidente:** 08/07/2019 **Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 07/05/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE TÍBIA E FÍBULA ESQUERDA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO. ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** PÁG 5\_CIRURGIA

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE

NOME: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
PROFISSÃO: AGRICULTOR
IDENTIDADE: 8.617.861/SDS/PE e CPF nº 117.949.474-18
DATA DO ACIDENTE: 08/07/2019
COBERTURA: INVALIDEZ
VÍTIMA: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ LUIZ SARAIVA, nº 06, CENTRO, VERTENTE DO LERIO(PE).

### OUTORGADO

NOME: EDUARDO JOSÉ DE ALBUQUERQUE FERNANDES
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
PROFISSÃO: ADVOGADO - OAB/PE: 52.105
IDENTIDADE: 3.092.028 SSP/PE CPF: 574.940.534-68
ENDEREÇO: RUA JOÃO BATISTA, Nº370, BAIRRO CENTRO, SURUBIM-PE.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR E OUTORGADO, ACIMA QUALIFICADO, A QUEM CONFIO PODERES PARA REPRESENTAR-ME PERANTE AS SEGURADORAS QUE CONSTITUI O **CONSÓRCIO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**. PODENDO O SEU DITO PROCURADOR REQUERER E SOLICITAR DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO E CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS JUNTO A HOSPITAIS ONDE A VÍTIMA RECEBERA ATENDIMENTO E DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADES DO SAMU RESPONSÁVEIS PELO SOCORRO A VÍTIMA.

SURUBIM(PE), 15 DE JANEIRO DE 2020.



*Jodilson Oliveira Barbosa*

ASSINATURA DO OUTORGANTE

(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0128475/20

Número do Sinistro: 3200164877

Vítima: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

CPF: 117.949.474-18

Seguradora: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

Data do acidente: 08/07/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Documentação médico-hospitalar

Outros

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 19/05/2020

Nome: EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES

CPF: 574.940.534-68

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/05/2020

Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA

CPF: 114.202.964-69

EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES

JULIANA BEZERRA DE LUNA



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0128475/20

**Vítima:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

**CPF:** 117.949.474-18

**Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 08/07/2019

**Titular do CPF:** JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

#### EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES : 574.940.534-68

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA : 117.949.474-18

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 04/05/2020  
Nome: EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES  
CPF: 574.940.534-68

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 04/05/2020  
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA  
CPF: 114.202.964-69

EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES

JULIANA BEZERRA DE LUNA





# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	12/05/2020
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	4.725,00
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

BANCO: 077

AGÊNCIA: 00001

CONTA: 000005976785-5

---

---

Nr. da Autenticação 0912EC7A9AECFF6B





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 05 de Maio de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200164877

Vítima: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Data do Acidente: 08/07/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

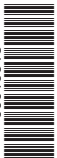
**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15745288

Pag. 01295/01296 - carta\_01 - INVALIDEZ

00010648





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 17 de Maio de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200164877**

**Vítima: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**

**Data do Acidente: 08/07/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 = R\$ 4.725,00

**Recebedor: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**

**Valor: R\$ 4.725,00**

**Banco: 077**

**Agência: 000000001**

**Conta: 000005976785-5**

**Tipo: CONTA CORRENTE**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 2020

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200164877

Vítima: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Data do Acidente: 08/07/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EDUARDO JOSE DE ALBUQUERQUE FERNANDES

Assunto: REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Após revisão da Análise Médica Documental ou perícia em 26/05/2020, verificou-se que a lesão permanente apresentada já foi adequadamente indenizada, nos termos da Lei nº 6.194, de 1974, não tendo sido identificado agravamento da invalidez permanente da vítima, ou nova lesão permanente decorrente do mesmo acidente de trânsito.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para você

Pag. 01225/01226 - carta\_09 - INVALIDEZ

00040613



Carta nº 15808333





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(a) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

17.949.474-18

4 - Nome completo da vítima:

SODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

SODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

6 - CPF:

17.949.474-18

7 - Profissão:

AGRICULTOR

8 - Endereço:

RUA JOSE LUIZ SARAIVA

9 - Número:

06

10 - Complemento:

CASA

11 - Bairro:

CENTRO

12 - Cidade:

VERTENTE DO LERIO

13 - Estado:

PE

14 - CEP:

55760-000

15 - E-mail:

16 - Tel.(DDD):

81-99663-0454

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ R\$1,00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para as contas abaixo. Assinalar uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todas as bancas)

Nome do BANCO: INTER

AGÊNCIA:

CONTA:

(informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 5.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 5.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro(s) (menor(es))?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, SURUBIM, 29/04/2020

X Sodelson Oliveira Barbosa

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

2019



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 126ª CIRCUNSCRIÇÃO - VERTENTE DO  
LÉRIO - DP126ªCIRC DINTER1/16ªDESEC**

**BOLETIM DE Ocorrência Nº. 20E0216000044**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 28/04/2020 às  
14:38

Complementa o BO Número: 19E0216000140

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposa (Consumado)**  
que aconteceu no dia 8/7/2019 às 17:00

Natureza Jurídica: **FATO OCORRIDO NA CIDADE DE VERTENTES/PE**  
Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE VERTENTES, 1, PE-100, - Bairro:**  
**CENTRO - VERTENTES/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

.(AUTOR (AGENTE))  
JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (OUTRO)  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (VÍTIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(s)  
Sr(a): JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (não presente ao plantão) - Sexo:**  
**Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe:**  
**MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA Pai: DAMIÃO DOS SANTOS BARBOSA Data de**  
**Nascimento: 8/12/1998 Naturalidade: SURUBIM / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos:**  
**2817861/SDS/PE (RG), 11794967418 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2ª.**  
**GRAU COMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones Celulares:**  
**- 81981242130**

**Endereço Residencial: MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO, 1, RUA JOSE LUIZ GARAIYA,**  
**S/N, PRÓXIMO A ACADEMIA DAS CIDADES - CEP: 8 - Bairro: CENTRO - VERTENTE DO**  
**LÉRIO/PERNAMBUCO/BRASIL**

.(Não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: **NÃO INFORMADO /**  
**PERNAMBUCO / BRASIL**

28/04/2020 14:39



### Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(s) Sr(a): **JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/SUZUKI/INTRUDER 125 ED** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KQ2270** (PERNAMBUCO/LAGOA DO CARRO) Renavam: **557739717** Chassi: **9GDNF41AJ8N213384**  
Ano Fabricação/Modelo: **2008/2008** Combustível: **GASOLINA**

### Complemento / Observação

**RELATA A VÍTIMA QUE NA DATA, HORA E LOCAL INDICADOS, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA, PLACA KQ2270, COR PRETA, PELA PE-36, VERTENTES, QUANDO UM VEÍCULO FEZ UMA ULTRAPASSAGEM, MOMENTO A VÍTIMA COLIDIU PRÓXIMO À TRASEIRA DO VEÍCULO, VINDO A CAIR NO CHÃO, FRATURANDO A PERNA. QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU PARA O HOSPITAL MEMORIAL DR. JAIME SANTANA NA CIDADE DE VERTENTES.**

### Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Jodielson Oliveira Barbosa*  
**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**  
**(VÍTIMA)**

B.O. registrado por: **PAULO VITOR RODRIGUES BATISTA** - Matrícula: **3873714**





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 126ª CIRCUNSCRIÇÃO - VERTENTE DO  
LÉRIO - DP126ªCIRC DINTER126ªDESEC**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 19E0216000140**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 11/11/2019 às  
10:54

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Cuiabá (Consumado)  
que aconteceu no dia 10/7/2019 às 17:00**

Natureza Jurídica: FATO OCORRIDO NA CIDADE DE VERTENTES/PE  
Fato ocorrido no endereço: MUNICÍPIO DE VERTENTES, 1, PE-158, - Bairro:  
CENTRO - VERTENTES/PERNAMBUCO/BRASIL  
Local do Fato: VIA PÚBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

(AUTOR/AGENTE)  
JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (OUTRO)  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(s) Sr(s):  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA (não presente ao plantão) - Sexo:**  
Masculino Nacionalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino**  
**MARIA JOSE OLIVEIRA BARBOSA (filha de JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA) Data de**  
Nascimento: 01/02/2000 Nacionalidade: BRASILEIRA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos:  
0047804/SDS/PE (RG); 11704907470 (CPF); Estado Civil SOLTEIRO(a); Escolaridade: 2ª. GRAD.  
COMPLETO Profissão: AGRICULTOR(a) Telefones Celulares:  
- 81351242129

Endereço Residencial: MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO, 1, RUA JOSE LUIZ SARAIVA,  
S/N, PRÓXIMO A ACADEMIA DAS CIDADÃS - CEP: 5 - Bairro: CENTRO - VERTENTE DO  
LÉRIO/PERNAMBUCO/BRASIL

(não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Nacionalidade: NÃO INFORMADO /  
PERNAMBUCO / BRASIL

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOCICLETA (VEÍCULO) de propriedade do(s) Sr(s): JOSE FERNANDO DE**





Linha

file:///C:/Users/DEB4/info/pol/sem/BLOKPreview.html

OLIVEIRA LIMA, que estava em posse do(s) Sr(s): JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA  
Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/SUZUKI/MINISTRUDER 125 25 Objeto apreendido: Não  
Cor: PRETA - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Placa: W002670 (PERNAMBUCO/LAGOA DO CARRO) Renavam: 887788717 Chassi:

808MF4123822113388

Ano Fabricação/Modelo: 2003/2003, Combustível: GASOLINA

### Complemento / Observação

RELATA A VÍTIMA QUE NA DATA, HORA E LOCAL, RESPECTIVAMENTE, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA, PLACA W002670, COR PRETA, SÉRIE PE-88, VERTENTES, QUANDO O VEÍCULO FEZ UMA ULTRAPASSAGEM, MOMENTO A VÍTIMA COLIDIU PRÓXIMO A TRASEIRA DO VEÍCULO, VINDO A CAIR NO CHÃO, FRATURANDO A PERNA. QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU PARA O HOSPITAL MEMORIAL DR. JAMES SANTANA NA CIDADE DE VERTENTES.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Jodielson Oliveira Barbosa*  
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA  
(VÍTIMA)

S.O. registrado por JOSYNEIDE BARBOSA DE ARAÚJO - Matrícula: 288888-2

(2)





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DÁMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

17.949.474-18

4 - Nome completo da vítima:

SODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

SODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

6 - CPF:

17.949.474-18

7 - Profissão:

AGRICULTOR

8 - Endereço:

RUA JOSE LUIZ SARAIVA

9 - Número:

06

10 - Complemento:

CASA

11 - Bairro:

CENTRO

12 - Cidade:

VERTENTE DO LERIO

13 - Estado:

PE

14 - CEP:

55760-000

15 - E-mail:

16 - Tel.(DDD):

81-99663-0454

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ SEM RENDA

☐ R\$1,00 A R\$1.000,00

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para as contas abidas. Assinalar uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todas as contas)

Nome do BANCO: INTER

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 5.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 5.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro(s) (menor(es))?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, SURUBIM, 29/04/2020

X Sodelson Oliveira Barbosa

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

2019

## DECLARAÇÃO

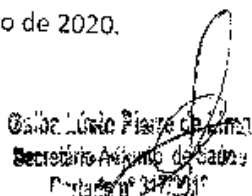
**DECLARO** para os devidos fins de comprovação que a USB VERTENTES, Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, registrou a **Ocorrência nº 1911, ID nº 0285 (SAMU AGRESTE)**, no dia **08 de julho de 2019**, por volta das **16h49min**, na Rodovia PE 90, no município de Vertentes/PE, onde a vítima o Sr **IODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**, RG nº 8.617.861 SDS/PE, CPF 117.949.474-18, Cartão SUS 706309733961273, Sofrera Trauma em decorrência de acidente de motocicleta, colisão entre carro e moto, a vítima foi socorrida pela ambulância do SAMU e conduzida para o Hospital Memorial Dr. Jaime Justiniano de Santana – HMJJS, na cidade de Vertentes, PE.

Devido à gravidade dos ferimentos a vítima foi transferida para o Hospital Regional do Agreste – HRA, na cidade de Caruaru, referência em trauma.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Vertentes, 16 de março de 2020.

Atenciosamente,

  
Galba Lúcio Pierre de Lima  
Secretário Adjunto de Saúde  
Portaria nº 141/2017

**GALBA LÚCIO PIERRE DE LIMA**  
Secretário Adjunto de Saúde  
SAMU 192 – USB VERTENTES  
Portaria nº 141/2017



Secretaria  
Municipal de Saúde



**SAMU  
192**

Rua Manoel Benício de Azevedo, s/nº  
CEP 55.770-000, Centro, Vertentes/PE  
Fone/Fax: (81) 3734.1136 - 3734.1032  
E-mail: pmvsecaude@yahoo.com.br  
CNPJ/MF nº 10.261.245/0001-26





#### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ BMG SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTTENCIAL SEGURADORA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA



CARTÓRIO 17º OFÍCIO  
DE NOTAS - RJ

Valdir Dias de Sousa Júnior



Reconheço por AUTÊNTICA a firma de WALDIR DIAS DE SOUZA JUNIOR  
Cod: 30000028000  
Rio de Janeiro, 11 de junho de 2015. Conf. por:  
Fa testemunho da verdade.

Serventia	: 4,50
2x JH-FUNDO	: 2,50
Total	: 7,00

FELICIA CRISTINA A. OLIVEIRA-SOU  
E-03-17553 PRR-Consulte em <https://www.03.jus.br/sitepublico>

[illegible]



**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE., nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



## EXCELSIOR SEGUROS

em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

PORTO  
VIRGINIA

PORTO  
VIRGINIA

Recife, 20 de fevereiro de 2014.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgino, Fone: (81)3224-8885 - Rua Tumazina, nº 121  
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas indicadas de SÉRGIO  
DE PETRIBU BIVAR e JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO, a qual confere  
com o padrão registrado nesta serventia. Dou Fe. Recife, 20 de  
fevereiro de 2014. E-mail: RS 2.440

Em test. da verdade.

Rosana Farias Barbosa - Escrevente Autorizada

\*\*\*Válida somente com o selo de autenticidade\*\*\* 15.58



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.





**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
CNPJ nº 32.054.526/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011**  
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)

**Data, hora e local:** dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

**Convocação:** anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

**Presenças:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**Mesa:** Presidente: Luciano Caldas Bivar  
Secretária: Catarina de Petribú Bivar

**Deliberações:** considerando que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos**: **Diretor Presidente - Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 - bairro Afritos - Recife - PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 - Pina - CEP 51011-220 - Recife - PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói - RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

ATA DE 18 DE 2011 - TUPINAMBÁ - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC

12



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012  
SOB Nº: 20126891940  
Protocolo: 12/689194-0

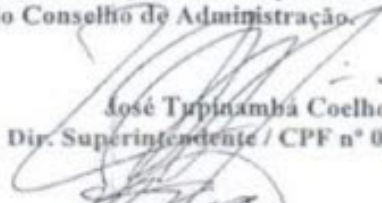
Empresa: 26 3 0001024 1  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO

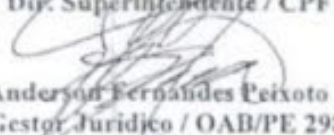


Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado à Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250-2 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Colfman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribu Bivar - Secretário / Luciano de Petribu Bivar

Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

  
**José Turpinamba Coelho**  
Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91

  
**Sergio de Petribu Bivar**  
Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41

  
**Anderson Fernandes Peixoto**  
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854

RCA 18 08 2011 - TUPLE SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 05/10/2012  
SOB Nº: 20126891940  
Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1  
CONTRATADA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
**ROLDÃO ALVES PAES BARRETO**  
Diretor de Registro





## COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 - NIRE nº 26.3.0001024-1

### ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 95 / 2011

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Art. 1º -** A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2º -** A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

**Art. 3º -** A Companhia tem por objeto:

- a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;
- b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

**Art. 4º -** O prazo de sua duração será indeterminado.

#### CAPÍTULO II

#### DO CAPITAL E DAS AÇÕES

**Art. 5º -** O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembleia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

**§ 1º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

**§ 2º -** As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembleias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

**§ 3º -** A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10



Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

#### **SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 6º -** A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Art. 7º -** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

**Art. 8º -** Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante a publicação de lista de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

#### **SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 9º -** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.

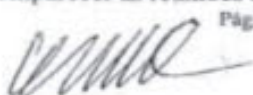
**Art. 10 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

**Art. 11 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembleia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembleia Geral.

**Art. 12 -** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

**Parágrafo Único -** Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 7 de 10





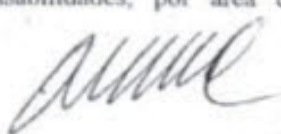
**Art. 13 -** O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

**Art. 14 -** Compete ao Conselho de Administração:

- I -** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II -** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III -** estabelecer os limites operacionais de atuação dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV -** examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V -** estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI -** convocar a Assembleia Geral;
- VII -** manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII -** escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX -** autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X -** aprovar o Regimento Interno;
- XI -** declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII -** deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII -** deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV -** vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV -** aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI -** decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII -** submeter à Assembleia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII -** decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX -** deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX -** distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembleia Geral;
- XXI -** fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembleia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII -** criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII -** exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

**Art. 15 -** Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 2 de 10



regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

**Art. 16 -** A Assembléia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes.

**Parágrafo Único -** O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

### SEÇÃO III - DA DIRETORIA

**Art. 17 -** A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

**Art. 18 -** O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

**Art. 19 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

**Art. 20 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

**Art. 21 -** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

**Art. 22 -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

**Art. 23 -** A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

**Art. 24 -** Compete à Diretoria:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;
- II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- III - criar e extinguir dependências;
- IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.





**Art. 25 -** Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

**Art. 26 -** São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

**Diretor Presidente**, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pertinentes às Seguradoras;
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

**Diretor Superintendente**, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 53 de 10



c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

**Diretor de Relações com a SUSEP**, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

**Diretor Administrativo-Financeiro**, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social.

**Diretor Técnico**, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

**Diretor Comercial**, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

**Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade**, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos**, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

**Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998**, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes**, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 4 de 10





**Art. 27 -** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

**§ 1º -** Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

**§ 2º -** A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

**§ 3º -** Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

**§ 4º -** Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

**§ 5º -** O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

**§ 6º -** Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

**Art. 28 -** Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

**Art. 29 -** A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

**Art. 30 -** Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

**Parágrafo Único -** Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

**Art. 31 -** A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.



§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32 -** O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembleia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

**Parágrafo Único -** Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### **CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 33 -** A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembleia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

**Art. 34 -** Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

#### **CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS**

**Art. 35 -** O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

**Art. 36 -** Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:  
a) os eventuais prejuízos acumulados.

Página 8 de 10





- b) a provisão para o imposto de renda;
- c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais.

**Parágrafo Único** - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**Art. 37** - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social.

**§ 1º** - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.

**§ 2º** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

**Art. 38** - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

**Art. 39** - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

**Art. 40** - A Assembleia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária.

## **CAPÍTULO VII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS**

**Art. 41** - A Companhia, sua Assembleia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42** - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembleia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

**Art. 43** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Art. 44** - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

Página 9 de 10

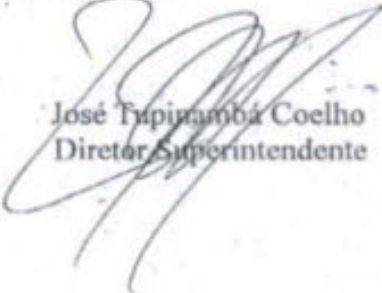


**Art. 45 -** O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

  
Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti  
Diretor Presidente

  
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

  
Anderson Peixoto OAB/PE 29854



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO


CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011

SOB Nº: 20112015204

Protocolo: 11/201520-4

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
ROLDÃO ALVES PAES BARRETO  
SECRETÁRIO-GERAL



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00370771120208172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 11 de março de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE






## Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		09/03/2021	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
09/03/2021	040271700722103030	00370771120208172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	300,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS		Jurídica	33054826000192	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA		FÍSICA	11794947418	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
12855A93AF8F935C				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12677.075009 2 85770000030000				



## RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 12677.075009 2 85770000030000	
Cedente / Beneficiário <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700722103030	Nosso Número 14000000126770750-2	Vencimento 01/04/2021	Valor do Documento 300,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 16A VARA CIVEL PROCESSO: 00370771120208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01834328 - 0 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700722103030 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 12677.075009 2 85770000030000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 01/04/2021
Beneficiário <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 03/03/2021	Nº do documento 040271700722103030	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 03/03/2021
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 14000000126770750-2
				(=) Valor do Documento 300,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 16A VARA CIVEL PROCESSO: 00370771120208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01834328 - 0 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700722103030 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação





## HABILITAÇÃO





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA  
REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 16ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 71289314 , conforme segue transcrito abaixo:

"Vistos, etc ... Defiro o pedido de gratuidade judiciária, ficando desde já ciente a parte autora do que dispõe o art. 98, §2º do CPC/15. Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como é sabido, a Seguradora somente propõe acordo mediante a prévia realização de perícia médica, entendo ser plenamente possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, imprescindível para o sucesso de uma eventual composição amigável, conforme previsto no inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê: "Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito" Diante do singular cenário apresentado, determino com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processuais a antecipação da produção de prova técnica pericial, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) por ventura sofridas pela parte Autora, e para tanto nomeio como perito do juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM/PE nº16.868, perito desta Vara, cujo currículo encontra-se no Gabinete. Arbitro honorários no valor de R\$300,00 conforme estipulado pela própria Seguradora e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, meio do Convênio nº 014/2017, publicado no DJE Edição nº 66 de 06 de abril de 2017, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues a profissional após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial quando necessárias (art. 33, NCPC). Deve a parte autora levar para a perícia os exames médicos da lesão alegada já realizados. Cite-se e intime-se a ré, via carta com AR, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD e, na mesma oportunidade, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente. Intime-se a parte autora, através de seu patrono, pessoalmente por AR e através do contato telefônico fornecido sob Id.71217051, para ciência da data designada para realização da perícia. **Decorrido o prazo e apresentado o comprovante do depósito judicial, remetam-se os autos ao perito.** Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me conclusos, certificando-se. Cumpra-se. Recife, data da autenticação eletrônica. Fernando Jorge Ribeiro Raposo Juiz de Direito"

RECIFE, 23 de abril de 2021.

**CARLOS DE LIMA RIBEIRO JUNIOR**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM - PE: 16.868, CPF: 009.226.694 - 06, médico perito judicial, honrado pela confiança técnica depositada por Vossa Excelência em minha pessoa, informo que para realização de perícias enquanto não existir controle do COVID- 19, trabalharemos com redução da quantidade de agendamentos e sempre que possível com horário marcado. As pessoas saem de casa, em sua maioria, comparecem acompanhadas, se aglomeram no transporte, se aglomeram na entrada, já que o medo de deixar de ser atendido as fazem chegar até 03 horas antes do horário agendado, não sendo possível nem garantir à distância mínima recomendada para minimizar à propagação do vírus.

A perícia, que avalia lesões e sequelas, exige o contato físico das partes, que no atual momento, ainda apresenta risco para ambas às partes.

Solicito agendamento para o dia **02/07/2021, de 14:00 até 15:00, POR ORDEM DE CHEGADA, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO**, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: **81 4101-0698 / e-mail: [pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com](mailto:pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com)** (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração). Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

#### **SOLICITO:**

- Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;
- Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas;
- Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido;

Nesses termos,

Pede deferimento.

Recife, 27 de abril de 2021.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM 16.868



Anexo.



EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO B

PROC.: 0037077-11.2020.8.17.2001

RECLAMANTE: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o término da sua lide e a entrega do laudo médico pericial.

Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando for liberado.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 02 de julho de 2021.



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho  
CRM 16.868  
Médico Perito

☎ 81 4101.0698

✉ pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com



Nº do processo: 0037077-11.2020.8.17.2001

Nome Completo: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

Medidas COVID 19: Temperatura 36.0 Uso de Mascara: SIM (X) NÃO ( )

CPF: 117.949.474-18

Vara: 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO B

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local do Acidente:

VERTENTES – PE

Data do Acidente: 08/07/2019

Avaliação

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Membro inferior esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura exposta dos ossos da perna esquerda submetida a tratamento cirúrgico, porém evoluiu a pseudartrose de tíbia esquerda.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

pseudartrose de tíbia e/ou + limitação da flexo-extensão do joelho e da dorsoflexão do tornozelo e + mancha claudicante.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_  
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF: 009.226.694-06



b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa e forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento  
Anatômico

Marque o percentual

1º Lesão

Membro infe-  
rior esquerdo ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

**Observação:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Informações Complementares

Data da realização do exame médico legal:

02/07/2021

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF: 009.226.694

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE: 16.868

(81) 4101.0698



## IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00370771120208172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais).

**BANCO DO BRASIL**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	12/05/2020
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	4.725,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

BANCO: 077

AGÊNCIA: 00001

CONTA: 000005976785-5

Nr. da Autenticação 0912EC7A9AECFF6B

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo acostado.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Ocorre que, não se mostra crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

Cumprido observar, que em sede administrativa foi apurada invalidez correspondente a 50% do membro, contudo, o laudo ora produzido traz uma conclusão que reconheceu uma invalidez de 75%, ou seja, quase se equipara à amputação do membro, mesmo inexistindo qualquer prova desse agravamento.

Deve ser considerada a grande divergência nas conclusões, dado que naturalmente haveria a estagnação da invalidez ou até mesmo a melhora, mas jamais o agravamento.

A indicação da lesão mais abrangente a partir da mera avaliação visual não se mostra suficiente, posto que não corroborada pela documentação acostada.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Os documentos não comprovam o agravamento da lesão bem como a necessidade de novos tratamentos ou procedimentos médicos que indicariam que a lesão não estava estabilizada, cabendo o acolhimento do laudo administrativo acostado e o pagamento efetuado, impondo-se a improcedência da demanda.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 7 de julho de 2021.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que faço conclusão em razão da petição de ID 83339634. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 15 de outubro de 2021.

**GEMMA GONCALVES DE ARAUJO GONDIM**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 16ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0037077-11.2020.8.17.2001**

AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT** contra **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** visando o recebimento da complementação de indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de haver sido vítima de acidente automobilístico em 08/07/2019.

Afirmou que, em decorrência das graves lesões sofridas no acidente, teve como consequência DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Alegou que, por conta da debilidade, tem direito a receber indenização securitária no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), porém recebeu da Seguradora ré, pela via administrativa, o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Ajuizou a presente demanda para requerer a tutela jurisdicional objetivando compelir a demandada ao pagamento da complementação da indenização do seguro DPVAT.

Gratuidade da justiça deferida em prol da parte autora em Id.71289314.

Contestação em Id.76363196, acompanhada de documentos anexos.

Perícia designada em Id.79421645.



Réplica em Id.73811304.

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Id.83339634.

Manifestação da(s) parte(s) ré(s) acerca do laudo pericial em Id.83604848.

Então, vieram-me conclusos os autos.

**Relatei. Passo a decidir.**

## **DO MÉRITO**

A matéria exposta nos autos é exclusivamente de direito, comportando julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I, do Código de Processo Civil.

Inicialmente, quanto à oitiva da parte autora em audiência de instrução e julgamento, não vislumbro necessidade para sua realização, pois os esclarecimentos requeridos pela demandada são passíveis de elucidação pela apreciação da petição inicial e dos documentos comprobatórios do acidente trazidos aos autos.

Quanto à alegação de ausência de laudo de exame de corpo de delito – IML, não merece prosperar o argumento da seguradora ré de que a parte autora não apresentou prova de sua pretensão, uma vez que não se pode considerar apenas o laudo do Instituto Médico Legal – IML para a comprovação do estado de incapacidade da vítima.

Neste sentido os arestos:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO -**AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - DOCUMENTO DISPENSÁVEL** -DESRESPEITO AO GRAU DE INVALIDEZ PARA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO -AUSÊNCIA DE DIFERENCIAÇÃO PELA LEI -INDENIZAÇÃO INTEGRAL DEVIDA -RECURSO NÃO PROVIDO.

**1. Afasta-se a alegação de ser imprescindível o laudo do Instituto Médico Legal atestando a invalidez permanente e grau de redução funcional da vítima de acidente automobilístico, visto que a lei n. 6.194/74 não exige a exibição do referido laudo.**

2. Constatada a invalidez permanente do agravado, a indenização deve se dar pela integralidade do valor previsto em lei para a espécie, mesmo porque, se a lei não faz distinção no seu grau, mero regulamento não poderá fazê-lo.

(TJMS - Agravo Regimental em Apelação Cível: AGR 16852 MS 2009.016852-9/0001.00; **Rel.Des.** Divoncir Schreiner Maran; **Julgamento:** 23/07/2009; 1ª Turma Cível).



CIVIL E PROCESSUAL CIVIL- APELAÇÃO- AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO- INVALIDEZ- INÉPCIA POR AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML- INEXISTÊNCIA- PROVA OFICIAL DA INVALIDEZ- SUFICIÊNCIA- INDENIZAÇÃO- CABIMENTO- MANUTENÇÃO DA SENTENÇA- RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

-Não há se falar em inépcia da inicial se nos autos consta laudo oficial que revela a invalidez total.

**-Em caso de cobrança de seguro obrigatório, havendo outras provas nos autos atestando a invalidez, o laudo do IML é dispensável, mesmo que o CNSP o exija para a regulação do sinistro.**

-A lei prevê pagamento de indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente que ficou inválida, parcial ou totalmente, em caráter permanente.

-Recurso conhecido e não provido.

(TJMG: Apelação Cível nº 1.0491.06.500006-0/001(1); **Rel.** Márcia de Paoli Balbino; **Julgamento:** 28/02/2008).

Quanto à alegação de pagamento realizado na esfera administrativa, entendo que o pagamento ou a ausência de pagamento, mesmo quando não requerido pela via administrativa, não exclui a possibilidade de a vítima pleitear a indenização securitária complementar pela via judicial.

Neste sentido:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO POLO PASSIVO. REJEITADA DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO OU RECUSA DO PAGAMENTO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. COMPROVADA. LAUDO PERICIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL.**

A parte tem o direito de pleitear a indenização do seguro DPVAT, independentemente do pedido administrativo ou recusa do pagamento. É permitido à vítima do sinistro escolher qualquer seguradora que faça parte do consórcio de seguro obrigatório para responder pelo pagamento deste, razão pela qual a inclusão da Seguradora Líder se faz desnecessária. Aplicação da Súmula 474 do STJ. Independente da data do sinistro deverá ser quantificada a invalidez permanente. Restou comprovada a invalidez permanente parcial incompleta, fazendo jus ao valor indenizatório proporcional ao dano sofrido (20% de 25% do valor máximo indenizável) atestado no laudo pericial, conforme Tabela anexa à Lei 6.194 /74. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70056014418, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 11/09/2013).

Ainda, quanto à impugnação ao laudo produzido pelo perito nomeado por este Juízo, sob a alegação de que o laudo produzido em sede de procedimento administrativo apurou grau de invalidez inferior ao encontrado pelo perito judicial, entendo que, quando houver divergência entre laudos, deve prevalecer o parecer médico produzido pelo perito de confiança do Juízo.



Nesse sentido:

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - DIVERGÊNCIA ENTRE LAUDOS CONSTANTES DOS AUTOS - PREVALÊNCIA DO PARECER MÉDICO PRODUZIDO PELO PERITO DO JUÍZO** - Para fins de mensuração da indenização devida em seguro DPVAT, constando dos autos laudos divergentes no tocante ao percentual das lesões permanentes da parte autora, elaborado o primeiro no curso do processo por médico nomeado pelo magistrado e o segundo por assistente técnico da seguradora, deve prevalecer o laudo produzido por perito de confiança do Juízo, porquanto realizado de forma imparcial, clara e precisa.

(TJ-MG - AC: 10702140503815001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 07/05/2019, Data de Publicação: 10/05/2019)

Ao analisar o laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes, verifico que o perito informa que do acidente resultou deformidade permanente **PARCIAL INCOMPLETA** em Membro Inferior Esquerdo, estabelecendo o percentual de 75% (setenta e cinco por cento) para a quantificação da lesão.

Dessa forma, tendo-se em conta que o percentual previsto para a perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos membros inferiores é de 70% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); e, ainda, que a perda estipulada para essa lesão foi de 75%, entendo que a parte autora perfaz o direito a receber 75% de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), ou seja, R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais, e cinquenta centavos), referente à lesão.

Uma vez que a parte autora confessa ter recebido o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), pela via administrativa, entendo que o autor tem direito a receber a complementação da indenização no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais, e cinquenta centavos).

Deixo de enfrentar os demais argumentos deduzidos no processo, porque incapazes de infirmar a tese adotada nesta sentença, conforme art. 489, §1º, IV do NCPC, agindo, este Juízo, em obediência também ao comando Constitucional do art. 5º, LXXVIII e com os Enunciados nº 10, 13 e 42 da ENFAM.

Diante das razões acima expostas, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e demais legislações pertinentes, o pedido inaugural, para condenar a Seguradora ao pagamento da verba securitária DPVAT no valor **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais, e cinquenta centavos)**, atualizado pela tabela ENCOGE, a fluir da data do sinistro, acrescido de juros de mora no percentual de 1% (um por cento) a fluir da citação, nos termos preconizados pelo artigo 405 do CC c/c artigo 240 do



CPC.

Por fim, por entender que o autor decaiu de parte mínima do pedido (art. 86, parágrafo único, do CPC), condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Libere-se alvará em nome perito, Dr. **Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868**, referente aos honorários periciais depositados em Id.76838022, de forma integral.

Após o trânsito em julgado, archive-se com a devida baixa.

**INTIMEM-SE.**

Recife, data da autenticação eletrônica.

**Fernando Jorge Ribeiro Raposo**

**Juiz de Direito**

LA







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 16ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 90830835 , conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc. JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS visando o recebimento da complementação de indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de haver sido vítima de acidente automobilístico em 08/07/2019. Afirmou que, em decorrência das graves lesões sofridas no acidente, teve como consequência DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. Alegou que, por conta da debilidade, tem direito a receber indenização securitária no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), porém recebeu da Seguradora ré, pela via administrativa, o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Ajuizou a presente demanda para requerer a tutela jurisdicional objetivando compelir a demandada ao pagamento da complementação da indenização do seguro DPVAT. Gratuidade da justiça deferida em prol da parte autora em Id.71289314. Contestação em Id.76363196, acompanhada de documentos anexos. Perícia designada em Id.79421645. Réplica em Id.73811304. Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Id.83339634. Manifestação da(s) parte(s) ré(s) acerca do laudo pericial em Id.83604848. Então, vieram-me conclusos os autos. Relatei. Passo a decidir. DO MÉRITO A matéria exposta nos autos é exclusivamente de direito, comportando julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Inicialmente, quanto à oitiva da parte autora em audiência de instrução e julgamento, não vislumbro necessidade para sua realização, pois os esclarecimentos requeridos pela demandada são passíveis de elucidação pela apreciação da petição inicial e dos documentos comprobatórios do acidente trazidos aos autos. Quanto à alegação de ausência de laudo de exame de corpo de delito – IML, não merece prosperar o argumento da seguradora ré de que a parte autora não apresentou prova de sua pretensão, uma vez que não se pode considerar apenas o laudo do Instituto Médico Legal – IML para a comprovação do estado de incapacidade da vítima. Neste sentido os arestos: AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO -AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML -DOCUMENTO DISPENSÁVEL -DESRESPEITO AO GRAU DE INVALIDEZ PARA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO -AUSÊNCIA DE DIFERENCIAÇÃO PELA LEI -INDENIZAÇÃO INTEGRAL DEVIDA -RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Afasta-se a alegação de ser imprescindível o laudo do Instituto Médico Legal atestando a invalidez permanente e grau de redução funcional da vítima de acidente automobilístico, visto que a lei n. 6.194/74 não exige a exibição do referido laudo. 2. Constatada a invalidez permanente do agravado, a indenização deve se dar pela integralidade do valor previsto em lei para a espécie, mesmo porque, se a lei não faz distinção no seu grau, mero regulamento não poderá fazê-lo. (TJMS - Agravo Regimental em Apelação Cível: AGR 16852 MS 2009.016852-9/0001.00; Rel.Des. Divoncir Schreiner Maranhão; Julgamento: 23/07/2009; 1ª Turma Cível). CIVIL



E PROCESSUAL CIVIL- APELAÇÃO- AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO- INVALIDEZ- INÉPCIA POR AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML- INEXISTÊNCIA- PROVA OFICIAL DA INVALIDEZ- SUFICIÊNCIA- INDENIZAÇÃO- CABIMENTO- MANUTENÇÃO DA SENTENÇA- RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. -Não há se falar em inépcia da inicial se nos autos consta laudo oficial que revela a invalidez total. -Em caso de cobrança de seguro obrigatório, havendo outras provas nos autos atestando a invalidez, o laudo do IML é dispensável, mesmo que o CNSP o exija para a regulação do sinistro. -A lei prevê pagamento de indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente que ficou inválida, parcial ou totalmente, em caráter permanente. -Recurso conhecido e não provido. (TJMG: Apelação Cível nº 1.0491.06.500006-0/001(1); Rel. Márcia de Paoli Balbino; Julgamento: 28/02/2008). Quanto à alegação de pagamento realizado na esfera administrativa, entendo que o pagamento ou a ausência de pagamento, mesmo quando não requerido pela via administrativa, não exclui a possibilidade de a vítima pleitear a indenização securitária complementar pela via judicial. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO POLO PASSIVO. REJEITADA DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO OU RECUSA DO PAGAMENTO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. COMPROVADA. LAUDO PERICIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. A parte tem o direito de pleitear a indenização do seguro DPVAT, independentemente do pedido administrativo ou recusa do pagamento. É permitido à vítima do sinistro escolher qualquer seguradora que faça parte do consórcio de seguro obrigatório para responder pelo pagamento deste, razão pela qual a inclusão da Seguradora Líder se faz desnecessária. Aplicação da Súmula 474 do STJ. Independente da data do sinistro deverá ser quantificada a invalidez permanente. Restou comprovada a invalidez permanente parcial incompleta, fazendo jus ao valor indenizatório proporcional ao dano sofrido (20% de 25% do valor máximo indenizável) atestado no laudo pericial, conforme Tabela anexa à Lei 6.194 /74. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70056014418, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 11/09/2013). Ainda, quanto à impugnação ao laudo produzido pelo perito nomeado por este Juízo, sob a alegação de que o laudo produzido em sede de procedimento administrativo apurou grau de invalidez inferior ao encontrado pelo perito judicial, entendo que, quando houver divergência entre laudos, deve prevalecer o parecer médico produzido pelo perito de confiança do Juízo. Nesse sentido: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - DIVERGÊNCIA ENTRE LAUDOS CONSTANTES DOS AUTOS - PREVALÊNCIA DO PARECER MÉDICO PRODUZIDO PELO PERITO DO JUÍZO - Para fins de mensuração da indenização devida em seguro DPVAT, constando dos autos laudos divergentes no tocante ao percentual das lesões permanentes da parte autora, elaborado o primeiro no curso do processo por médico nomeado pelo magistrado e o segundo por assistente técnico da seguradora, deve prevalecer o laudo produzido por perito de confiança do Juízo, porquanto realizado de forma imparcial, clara e precisa. (TJ-MG - AC: 10702140503815001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 07/05/2019, Data de Publicação: 10/05/2019) Ao analisar o laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes, verifico que o perito informa que do acidente resultou deformidade permanente PARCIAL INCOMPLETA em Membro Inferior Esquerdo, estabelecendo o percentual de 75% (setenta e cinco por cento) para a quantificação da lesão. Dessa forma, tendo-se em conta que o percentual previsto para a perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos membros inferiores é de 70% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); e, ainda, que a perda estipulada para essa lesão foi de 75%, entendo que a parte autora perfaz o direito a receber 75% de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), ou seja, R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais, e cinquenta centavos), referente à lesão. Uma vez que a parte autora confessa ter recebido o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), pela via administrativa, entendo que o autor tem direito a receber a complementação da indenização no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais, e cinquenta centavos). Deixo de enfrentar os demais argumentos deduzidos no processo, porque incapazes de infirmar a tese adotada nesta sentença, conforme art. 489, §1º, IV do NCPC, agindo, este Juízo, em obediência também ao comando Constitucional do art. 5º, LXXVIII e com os Enunciados nº 10, 13 e 42 da ENFAM. Diante das razões acima expostas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e demais legislações pertinentes, o pedido inaugural, para condenar a Seguradora ao pagamento da verba securitária DPVAT no valor R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais, e cinquenta centavos), atualizado pela tabela ENCOGE, a fluir da data do sinistro, acrescido de juros de mora no percentual de 1% (um por cento) a fluir da citação, nos termos preconizados pelo artigo 405 do CC c/c artigo 240 do CPC. Por fim, por entender que o autor decaiu de parte mínima do pedido (art. 86, parágrafo único, do CPC), condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Libere-se alvará em nome perito, Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, referente aos honorários periciais depositados em Id.76838022, de forma integral. Após o trânsito em julgado, archive-



*se com a devida baixa. INTIMEM-SE. Recife, data da autenticação eletrônica. Fernando Jorge Ribeiro Raposo Juiz de Direito"*

RECIFE, 12 de novembro de 2021.

**CARLOS DE LIMA RIBEIRO JUNIOR**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



Ciente, aguardando expedição.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0037077-11.2020.8.17.2001  
AUTOR: JODIELSON OLIVEIRA BARBOSA  
REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 16ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06**  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01834328-0**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 90830835**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "*Libere-se alvará em nome perito, Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, referente aos honorários periciais depositados em Id.76838022, de forma integral*".

Eu, CARLOS DE LIMA RIBEIRO JUNIOR, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 23 de novembro de 2021.

**BRENNO CAVALCANTI MARIANO**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**FERNANDO JORGE RIBEIRO RAPOSO**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.

Grato.

